



MUNICÍPIO DE VALENÇA

Aviso (extrato) n.º 21993/2022

Sumário: Abertura de procedimento concursal comum para preenchimento de quatro postos de trabalho da carreira de técnico superior.

Abertura de procedimento concursal comum para preenchimento de quatro postos de trabalho da carreira de técnico superior — Áreas funcionais de psicologia, serviço social, ciências sociais e ciências sociais e humanas, na modalidade de relação jurídica de emprego público a termo resolutivo certo.

1 — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 11.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, e no artigo 33.º da LTFP, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na atual redação, torna-se público que, em cumprimento das deliberações tomadas nas reuniões ordinárias do órgão executivo de 7 de abril e 20 de outubro de 2022, se encontra aberto pelo prazo de 10 dias úteis, a contar do dia seguinte ao da publicação do aviso integral na Bolsa de Emprego Público (BEP), procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público a termo resolutivo certo, pelo período de um ano, de quatro postos de trabalho previstos e não ocupados no mapa de pessoal do município, para a Divisão de Desenvolvimento Social e Cultural — Unidade de 3.º Grau de Ação Social — Serviço de Apoio Social:

Referência A — Um posto de trabalho, na carreira/categoria de Técnico Superior — área funcional de Psicologia;

Referência B — Um posto de trabalho, na carreira/categoria de Técnico Superior — área funcional de Serviço Social;

Referência C — Um posto de trabalho, na carreira/categoria de Técnico Superior — área funcional de Ciências Sociais;

Referência D — Um posto de trabalho, na carreira/categoria de Técnico Superior — área funcional de Ciências Sociais e Humanas.

2 — Caracterização dos postos de trabalho: Funções correspondentes à caracterização funcional da categoria de Técnico Superior, constantes do anexo a que se refere o n.º 2 do artigo 88.º da LTFP, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na atual redação; complementadas com o conteúdo funcional descrito no mapa de pessoal:

2.1 — Referência A: Efetuar estudos de natureza científico-técnica, que fundamentam e preparam a decisão, em áreas como recursos humanos, apoio social e educativo, colaborando, nomeadamente, nas seguintes áreas: promoção de ações necessárias ao recrutamento, seleção e orientação profissional dos trabalhadores; resolução de problemas de adaptação e readaptação social dos indivíduos, grupos ou comunidades; deteção de necessidades da comunidade educativa, com o fim de propor a realização de ações de prevenção e medidas adequadas, designadamente, em casos de insucesso escolar; identificação de necessidades de ocupação de tempos livres, promovendo e apoiando atividades de índole cultural, educativa e recreativa, bem como exercer outras funções inerentes ao posto de trabalho.

2.2 — Referência B: Realizar atendimento social personalizado, disponibilizando às pessoas e às famílias em situação de vulnerabilidade social apoio na resolução dos seus problemas; efetuar visitas domiciliárias às famílias, sempre que se justifique; estudar e elaborar o processo individual e diagnóstico dos agregados familiares beneficiários do rendimento social de inserção, recolhendo a informação necessária; negociar, definir e acompanhar com a família o programa de inserção; contactar e estabelecer relações de cooperação e parceria com os setores representados no Núcleo Local de Inserção (NLI), bem como com outras entidades que desenvolvam a sua intervenção na comunidade; e fazer a gestão dos processos individuais de cada agregado familiar, enquanto mediador da intervenção em articulação com os diferentes intervenientes e entidades envolvidas no desenvolvimento dos programas de inserção.



2.3 — Referência C: Realizar atendimento social personalizado, disponibilizando às pessoas e às famílias em situação de vulnerabilidade social apoio na resolução dos seus problemas; emitir informações e relatórios sociais; efetuar visitas domiciliárias às famílias, sempre que se justifique; e analisar e acompanhar pedidos de atribuição de prestações pecuniárias de carácter eventual em situações de carência económica.

2.4 — Referência D: Executar funções de estudo, conceção e adaptação de métodos e processos científicos e técnicos, tendo em vista informar a decisão superior, na área de formação; planear, implementar e acompanhar projetos educativos e projetos locais na área de educação; prestar apoio pedagógico a crianças de risco em projetos no âmbito da prevenção e acompanhamento escolar; intervir, em matéria de educação, de forma sistemática e planificada, em diversos contextos sociais, com grupos desfavorecidos, em situação de risco ou exclusão social; analisar e acompanhar pedidos de atribuição de prestações pecuniárias de carácter eventual em situações de carência económica; e promover a educação para a saúde, contribuindo para a prevenção, diagnóstico precoce e orientação para o tratamento.

3 — Área de formação académica:

3.1 — Referência A — Os candidatos deverão ser titulares de Licenciatura na área de formação académica de Psicologia (código 311 do CNAEF).

Não existe a possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação.

3.2 — Referência B — Os candidatos deverão ser titulares de Licenciatura na área de formação académica de Serviços Sociais (código 760 do CNAEF).

Não existe a possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação.

3.3 — Referência C — Os candidatos deverão ser titulares de Licenciatura na área de formação académica de Ciências Sociais e do Comportamento (código 319 do CNAEF).

Não existe a possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação.

3.4 — Referência D — Os candidatos deverão ser titulares de Licenciatura nas áreas de formação académica de Ciências Sociais e do Comportamento (código 319 do CNAEF) ou Ciências da Educação (código 142 do CNAEF).

Não existe a possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação.

4 — Requisitos especiais: No caso da Referência A, os candidatos deverão possuir título profissional válido para o exercício da profissão de Psicólogo, nomeadamente, a inscrição na Ordem dos Psicólogos.

5 — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 11.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, o presente aviso será publicitado, por extrato, na 2.ª série do *Diário da República*, e integralmente, na Bolsa de Emprego Público (BEP), acessível em <https://www.bep.gov.pt>, e no sítio da Internet do Município de Valença (<https://www.cm-valenca.pt/concursos>).

8 de novembro de 2022. — A Vereadora, *Ana Paula Vaz Almendra Xavier*.

315863976



dx.

MUNICÍPIO DE VALENÇA

CÂMARA MUNICIPAL

ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA PREENCHIMENTO DE QUATRO POSTOS DE TRABALHO DA CARREIRA DE TÉCNICO SUPERIOR - ÁREAS FUNCIONAIS DE PSICOLOGIA, SERVIÇO SOCIAL, CIÊNCIAS SOCIAIS E CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS, NA MODALIDADE DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO A TERMO RESOLUTIVO CERTO

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 11.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, e no artigo 33.º da LTFP, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na atual redação, torna-se público que, em cumprimento das deliberações tomadas nas reuniões ordinárias do órgão executivo de 7 de abril e 20 de outubro de 2022, se encontra aberto pelo prazo de 10 dias úteis, a contar do dia seguinte ao da publicação do aviso integral na Bolsa de Emprego Público (BEP), procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público a termo resolutivo certo, pelo período de um ano, de quatro postos de trabalho previstos e não ocupados no mapa de pessoal do município, para a Divisão de Desenvolvimento Social e Cultural - Unidade de 3.º Grau de Ação Social - Serviço de Apoio Social:

Referência A - Um posto de trabalho, na carreira/categoria de Técnico Superior - área funcional de Psicologia;

Referência B - Um posto de trabalho, na carreira/categoria de Técnico Superior - área funcional de Serviço Social;

Referência C - Um posto de trabalho, na carreira/categoria de Técnico Superior - área funcional de Ciências Sociais;

Referência D - Um posto de trabalho, na carreira/categoria de Técnico Superior - área funcional de Ciências Sociais e Humanas.

2 - Ao presente procedimento concursal serão aplicadas as regras constantes nos seguintes diplomas: Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na atual redação; Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro; Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro; e Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na atual redação.

3 - Para efeitos do disposto no artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro e nos artigos 2.º e 34.º da Lei n.º 25/2017, de 30 de maio, declara-se que não está constituída reserva de recrutamento nesta autarquia bem como não está constituída, no seu respetivo âmbito de atuação, a Entidade Gestora da Requalificação nas Autarquias - EGRA, não havendo, assim, lista nominativa de trabalhadores colocados em regime de valorização profissional.

4 - Posicionamento remuneratório: 2.ª posição remuneratória da categoria de Técnico Superior, nível 16 da tabela remuneratória única atualizada, à qual corresponde o montante pecuniário atual de 1268,04€.

5 - Prazo de validade: O procedimento concursal é válido para o recrutamento e preenchimento dos postos de trabalho a ocupar e para os efeitos do disposto no n.º 5 do artigo 25.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro.

6 - Local de trabalho: O local de trabalho situa-se na área do Município de Valença.



dx.

MUNICÍPIO DE VALENÇA

CÂMARA MUNICIPAL

7 - Funções a desempenhar: Funções correspondentes à caracterização funcional da categoria de Técnico Superior, constantes do anexo a que se refere o n.º 2 do artigo 88.º da LTFP, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na atual redação; complementadas com o conteúdo funcional descrito no mapa de pessoal:

7.1 - Referência A: Efetuar estudos de natureza científico-técnica, que fundamentam e preparam a decisão, em áreas como recursos humanos, apoio social e educativo, colaborando, nomeadamente, nas seguintes áreas: promoção de ações necessárias ao recrutamento, seleção e orientação profissional dos trabalhadores; resolução de problemas de adaptação e readaptação social dos indivíduos, grupos ou comunidades; deteção de necessidades da comunidade educativa, com o fim de propor a realização de ações de prevenção e medidas adequadas, designadamente, em casos de insucesso escolar; identificação de necessidades de ocupação de tempos livres, promovendo e apoiando atividades de índole cultural, educativa e recreativa, bem como exercer outras funções inerentes ao posto de trabalho.

7.2 - Referência B: Realizar atendimento social personalizado, disponibilizando às pessoas e às famílias em situação de vulnerabilidade social apoio na resolução dos seus problemas; efetuar visitas domiciliárias às famílias, sempre que se justifique; estudar e elaborar o processo individual e diagnóstico dos agregados familiares beneficiários do rendimento social de inserção, recolhendo a informação necessária; negociar, definir e acompanhar com a família o programa de inserção; contactar e estabelecer relações de cooperação e parceria com os setores representados no Núcleo Local de Inserção (NLI), bem como com outras entidades que desenvolvam a sua intervenção na comunidade; e fazer a gestão dos processos individuais de cada agregado familiar, enquanto mediador da intervenção em articulação com os diferentes intervenientes e entidades envolvidas no desenvolvimento dos programas de inserção.

7.3 - Referência C: Realizar atendimento social personalizado, disponibilizando às pessoas e às famílias em situação de vulnerabilidade social apoio na resolução dos seus problemas; emitir informações e relatórios sociais; efetuar visitas domiciliárias às famílias, sempre que se justifique; e analisar e acompanhar pedidos de atribuição de prestações pecuniárias de caráter eventual em situações de carência económica.

7.4 - Referência D: Executar funções de estudo, conceção e adaptação de métodos e processos científicos e técnicos, tendo em vista informar a decisão superior, na área de formação; planear, implementar e acompanhar projetos educativos e projetos locais na área de educação; prestar apoio pedagógico a crianças de risco em projetos no âmbito da prevenção e acompanhamento escolar; intervir, em matéria de educação, de forma sistemática e planificada, em diversos contextos sociais, com grupos desfavorecidos, em situação de risco ou exclusão social; analisar e acompanhar pedidos de atribuição de prestações pecuniárias de caráter eventual em situações de carência económica; e promover a educação para a saúde, contribuindo para a prevenção, diagnóstico precoce e orientação para o tratamento.

8 - Âmbito de recrutamento: Ao procedimento concursal podem concorrer trabalhadores detentores de vínculo de emprego público por tempo indeterminado, vínculo de emprego público a termo ou sem vínculo, conforme o disposto no n.º 4 do artigo 30.º da LTFP, e



MUNICÍPIO DE VALENÇA

CÂMARA MUNICIPAL

conforme deliberações da Câmara Municipal de 7 de abril e 20 de outubro de 2022.

9 - Requisitos de admissão a concurso:

9.1 - Os requisitos gerais de admissão, previstos no artigo 17.º da LTFP, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na atual redação, são os seguintes:

- a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos excetuados pela Constituição, lei especial ou convenção internacional;
- b) Ter 18 anos de idade completos;
- c) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
- d) Possuir robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício de funções;
- e) Ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

9.2 - Requisitos especiais:

9.2.1 - Referência A - Os candidatos deverão ser titulares de Licenciatura na área de formação académica de Psicologia (código 311 do CNAEF), com título profissional válido para o exercício da profissão de Psicólogo, nomeadamente, a inscrição na Ordem dos Psicólogos.

Não existe a possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação.

9.2.2 - Referência B - Os candidatos deverão ser titulares de Licenciatura na área de formação académica de Serviços Sociais (código 760 do CNAEF).

Não existe a possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação.

9.2.3 - Referência C - Os candidatos deverão ser titulares de Licenciatura na área de formação académica de Ciências Sociais e do Comportamento (código 319 do CNAEF).

Não existe a possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação.

9.2.4 - Referência D - Os candidatos deverão ser titulares de Licenciatura nas áreas de formação académica de Ciências Sociais e do Comportamento (código 319 do CNAEF) ou Ciências da Educação (código 142 do CNAEF).

Não existe a possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação.

9.3 - Nos termos da alínea k) do n.º 4 do artigo 11.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal do órgão ou serviço idênticos ao posto de trabalho para cuja ocupação se publicita o procedimento.

10 - Métodos de seleção: Nos termos do disposto no artigo 36.º da LTFP, serão aplicados os métodos de seleção obrigatórios Avaliação Curricular (AC) e Entrevista de Avaliação de Competências (EAC).

10.1 - A Avaliação Curricular (AC) visa aferir os elementos de maior relevância para o posto de trabalho a ocupar, entre os quais a habilitação académica ou nível de qualificação, a formação profissional e a experiência profissional.



AT

MUNICÍPIO DE VALENÇA

CÂMARA MUNICIPAL

Este método terá uma ponderação de 40%, sendo o resultado obtido de acordo com a seguinte fórmula:

$$AC = HA + FP + 2EP / 4$$

AC = Avaliação Curricular

HA = Habilitação Académica

FP = Formação Profissional

EP = Experiência Profissional

10.2 - A Entrevista de Avaliação de Competências visa obter informações sobre comportamentos profissionais diretamente relacionados com as competências consideradas essenciais para o exercício da função.

Este método terá uma ponderação de 60%, uma duração máxima de 30 minutos e versará sobre os seguintes parâmetros: orientação para o serviço público; conhecimentos especializados e experiência; trabalho de equipa e cooperação; e comunicação e tolerância à pressão e contrariedades.

Será avaliado segundo os níveis classificativos de Elevado, Bom, Suficiente, Reduzido, Insuficiente, aos quais correspondem, respetivamente, as classificações de 20, 16, 12, 8 e 4 valores.

O resultado final deste método será obtido através da média aritmética simples das classificações dos parâmetros a avaliar.

10.3 - A classificação e ordenação final dos candidatos que completarem o procedimento, com aprovação em todos os métodos de seleção, é efetuada por ordem decrescente da média aritmética ponderada das classificações quantitativas obtidas em cada método de seleção, expressa numa escala de 0 a 20 valores e efetuada de acordo com a seguinte fórmula:

$$CF = AC (40\%) + EAC (60\%)$$

CF = Classificação Final

AC = Avaliação Curricular

EAC = Entrevista de Avaliação de Competências

10.4 - Tendo em conta a urgência no preenchimento dos postos de trabalho em apreço, de acordo com o disposto no artigo 19.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, na atual redação, os métodos de seleção indicados poderão ser aplicados de forma faseada, sendo que a aplicação do segundo método será efetuada apenas a parte dos candidatos aprovados no método anterior, a convocar por conjuntos sucessivos de candidatos, por ordem decrescente de classificação, respeitando a prioridade legal da sua situação jurídico-funcional, até à satisfação das necessidades.

11 - Nos termos do n.º 5 do artigo 11.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, a ata do júri, onde constam os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação de cada um dos métodos de seleção a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valoração final do método, será publicitada no sítio da Internet deste Município.

12 - É excluído do procedimento o candidato que tenha obtido uma valoração inferior a 9,5 valores, não lhe sendo aplicado o método seguinte.

13 - Composição do júri:

13.1 - Referência A:

Presidente - Andrea Vieira Pestana Trindade Brandão, Técnica Superior de Psicologia;

Vogais efetivos: Diva Carla Salgado do Amaral, Chefe de Divisão de Desenvolvimento, Educação e Cultura da Câmara Municipal de Melgaço,



DX.

MUNICÍPIO DE VALENÇA

CÂMARA MUNICIPAL

que substituirá a presidente do júri nas suas faltas e impedimentos, e Paula Cristina Pinheiro Vasconcelos Mateus, Chefe de Divisão Administrativa Geral;

Vogais suplentes: Manuela Maria Vasconcelos Ribeiro da Costa Andrade, Chefe da Unidade de 3.º grau de Ação Social e Marlene Sofia Gamboa Freitas Franco, Técnica Superior de Recursos Humanos.

13.2 - Referência B:

Presidente - Manuela Maria Vasconcelos Ribeiro da Costa Andrade, Chefe da Unidade de 3.º grau de Ação Social;

Vogais efetivos: Sílvia Neli Lourenço Monteiro Alves, Técnica Superior da Câmara Municipal de Monção e Coordenadora do Núcleo Local de Inserção, que substituirá a presidente do júri nas suas faltas e impedimentos, e Marlene Sofia Gamboa Freitas Franco, Técnica Superior de Recursos Humanos;

Vogais suplentes: Paula Cristina Pinheiro Vasconcelos Mateus, Chefe de Divisão Administrativa Geral e Andrea Vieira Pestana Trindade Brandão, Técnica Superior de Psicologia.

13.3 - Referência C:

Presidente - Manuela Maria Vasconcelos Ribeiro da Costa Andrade, Chefe da Unidade de 3.º grau de Ação Social;

Vogais efetivos: Sílvia Neli Lourenço Monteiro Alves, Técnica Superior da Câmara Municipal de Monção e Coordenadora do Núcleo Local de Inserção, que substituirá a presidente do júri nas suas faltas e impedimentos, e Paula Cristina Pinheiro Vasconcelos Mateus, Chefe de Divisão Administrativa Geral;

Vogais suplentes: Marlene Sofia Gamboa Freitas Franco, Técnica Superior de Recursos Humanos e Andrea Vieira Pestana Trindade Brandão, Técnica Superior de Psicologia.

13.4 - Referência D:

Presidente - Manuela Maria Vasconcelos Ribeiro da Costa Andrade, Chefe da Unidade de 3.º grau de Ação Social;

Vogais efetivos: Sílvia Neli Lourenço Monteiro Alves, Técnica Superior da Câmara Municipal de Monção e Coordenadora do Núcleo Local de Inserção, que substituirá a presidente do júri nas suas faltas e impedimentos, e Marlene Sofia Gamboa Freitas Franco, Técnica Superior de Recursos Humanos;

Vogais suplentes: Paula Cristina Pinheiro Vasconcelos Mateus, Chefe de Divisão Administrativa Geral e Andrea Vieira Pestana Trindade Brandão, Técnica Superior de Psicologia.

14 - Prazo e forma para a apresentação das candidaturas:

14.1 - Prazo de candidatura: 10 dias úteis a contar do dia seguinte ao da publicação do presente aviso na Bolsa de Emprego Público (BEP), nos termos do artigo 2.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro.

14.2 - Forma de apresentação das candidaturas: A apresentação das candidaturas é efetuada em suporte de papel, por ausência de plataforma eletrónica que assegure a apresentação das mesmas por esta via, pelo que estas deverão ser formalizadas mediante preenchimento obrigatório de formulário de candidatura, disponibilizado no sítio da Internet deste Município (<https://www.cm-valenca.pt/documentos>) e na Subunidade de Recursos Humanos desta Câmara Municipal, onde deverá ser entregue pessoalmente, dentro do horário de atendimento, de segunda a sexta-feira, das 9h00 às 12h30 e das 13h30 às 16h00; ou remetido por



AX

MUNICÍPIO DE VALENÇA

CÂMARA MUNICIPAL

correio registado com aviso de receção, para o Município de Valença, Praça da República, 4930 - 702 Valença.

Não serão aceites as candidaturas remetidas via correio eletrónico, atendendo aos constrangimentos que possam surgir e que garantam a boa receção das mesmas, nomeadamente, por questões de limitação da capacidade da caixa de correio eletrónico.

A não apresentação da candidatura nos termos definidos neste ponto implica a exclusão do candidato.

14.3 - A apresentação da candidatura, devidamente datada e assinada, deverá ser acompanhada da seguinte documentação:

a) Fotocópia do certificado de habilitações literárias ou outro documento idóneo, legalmente reconhecido para o efeito.

Os candidatos possuidores de habilitações literárias obtidas em país estrangeiro deverão submeter, em simultâneo, documento comprovativo das habilitações correspondente ao reconhecimento das habilitações estrangeiras previstas pela legislação portuguesa aplicável, sob pena de exclusão.

b) Comprovativo da inscrição na Ordem dos Psicólogos (aplicável apenas à Referência A);

c) *Curriculum vitae* detalhado, atualizado, datado e assinado pelo candidato, onde constem as funções que tem exercido e formação profissional que possui, devidamente comprovadas sob pena de não serem consideradas.

d) Declaração emitida pelo serviço público de origem, devidamente atualizada, da qual conste: a modalidade de vínculo de emprego público, a descrição das atividades/funções que atualmente executa, a carreira/categoria em que se encontra inserido, nível e posição remuneratória e avaliação de desempenho obtida nos dois últimos biénios (documento apenas aplicável a candidatos com contrato de trabalho em funções públicas).

14.4 - A não apresentação dos documentos comprovativos do preenchimento dos requisitos legalmente exigidos determina a exclusão do candidato do procedimento, quando a falta desses elementos impossibilite a sua admissão ou avaliação.

15 - As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

16 - Quotas de emprego: Nos termos do n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro, os candidatos com deficiência têm preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal.

Os candidatos com deficiência devem declarar, no requerimento de admissão, sob compromisso de honra, o respetivo grau de incapacidade e tipo de deficiência.

17 - Exclusão e notificação de candidatos: De acordo com o preceituado nos artigos 6.º e 16.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, os candidatos serão notificados por uma das formas previstas no n.º 1 do artigo 112.º do Código do Procedimento Administrativo.

18 - A publicitação dos resultados obtidos em cada método de seleção é efetuada através de lista, ordenada alfabeticamente, afixada em local visível e público das instalações do Município de Valença e disponibilizada no seu sítio da Internet.

19 - Em situações de igualdade de valoração, entre candidatos, os critérios de preferência a adotar serão os previstos no artigo 24.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro.



MUNICÍPIO DE VALENÇA

CÂMARA MUNICIPAL

Subsistindo a igualdade, a ordenação será efetuada de acordo com os seguintes critérios: candidato com maior valoração no segundo método de seleção; candidato que esteja a desempenhar funções em posto de trabalho idêntico ou equiparado; candidato com maior experiência em funções similares ao posto de trabalho a concurso; candidato com maior formação profissional.

20 - A lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados é notificada aos candidatos para a realização da audiência prévia dos interessados, nos termos do Código do Procedimento Administrativo. A lista unitária de ordenação final, após homologação, será afixada em local visível e público, das instalações do Município de Valença e disponibilizada na sua página eletrónica, sendo ainda publicado um aviso na 2.ª série do Diário da República com informação sobre a sua publicitação.

21 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 11.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, o presente aviso será publicitado, por extrato, na 2.ª Série do Diário da República, e integralmente, na Bolsa de Emprego Público (BEP), acessível em <https://www.bep.gov.pt>, e no sítio da Internet do Município de Valença (<https://www.cm-valenca.pt/concursos>).

22 - Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição "a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação".

Município de Valença, 8 de novembro de 2022.

A VEREADORA,

Ana Paula Vaz Almendra Xavier

Detalhe de Oferta de Emprego

Caracterização da Oferta

Código da Oferta:	OE202211/0617
Tipo Oferta:	Procedimento Concursal Comum
Estado:	Ativa
Nível Orgânico:	Câmaras Municipais
Orgão / Serviço:	Câmara Municipal de Valença
Vínculo:	CTFP a termo resolutivo certo
Duração:	12
Regime:	Carreiras Gerais
Carreira:	Técnico Superior
Categoria:	Técnico Superior
Grau de Complexidade:	3
Remuneração:	2. ^a posição remuneratória da categoria de Técnico Superior, no montante atual de 1268,04€.
Suplemento Mensal:	0.00 EUR
Caracterização do Posto de Trabalho:	Funções correspondentes à caracterização funcional da categoria de Técnico Superior, constantes do anexo a que se refere o n.º 2 do artigo 88.º da LTFP, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na atual redação; complementadas com o conteúdo funcional descrito no mapa de pessoal: Referência A (Psicologia): Efetuar estudos de natureza científico-técnica, que fundamentam e preparam a decisão, em áreas como recursos humanos, apoio social e educativo, colaborando, nomeadamente, nas seguintes áreas: promoção de ações necessárias ao recrutamento, seleção e orientação profissional dos trabalhadores; resolução de problemas de adaptação e readaptação social dos indivíduos, grupos ou comunidades; deteção de necessidades da comunidade educativa, com o fim de propor a realização de ações de prevenção e medidas adequadas, designadamente, em casos de insucesso escolar; identificação de necessidades de ocupação de tempos livres, promovendo e apoiando atividades de índole cultural, educativa e recreativa, bem como exercer outras funções inerentes ao posto de trabalho.

Requisitos de Admissão

Relação Jurídica:	Nomeação definitiva Nomeação transitória, por tempo determinável Nomeação transitória, por tempo determinado CTFP por tempo indeterminado CTFP a termo resolutivo certo CTFP a termo resolutivo incerto Sem Relação Jurídica de Emprego Público
Requisitos para a Constituição de Relação Jurídica:	a) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial; b) 18 anos de idade completos; c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar; d) Robustez física e perfil psíquico indispensável ao exercício das funções; e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.
Autorização dos membros do Governo Artigo 30.º da LTFP:	Deliberação da Câmara Municipal de 7 de abril de 2022
Habilitação Literária:	Licenciatura
Descrição da Habilitação Literária:	Licenciatura na área de formação académica de Psicologia (cód. 311 do CNAEF)

Grupo Área Temática

Direito, Ciências Sociais e Serviços

Sub-área Temática

Ciências Sociais

Área Temática

Psicologia

Locais de Trabalho

Local Trabalho	Nº Postos	Morada	Localidade	Código Postal	Distrito	Concelho
Câmara Municipal de Valença	1	Praça da República	Valença	4930702 VALENÇA	Viana do Castelo	Valença

Total Postos de Trabalho: 1**Nº de Vagas/ Alterações****Formação Profissional****Outros Requisitos:** Os candidatos deverão possuir título profissional válido para o exercício da profissão de Psicólogo, nomeadamente, a inscrição na Ordem dos Psicólogos.**Formalização das Candidaturas****Envio de Candidaturas para:** Município de Valença, Praça da República, 4930-702 Valença**Contacto:** 251809526**Data Publicitação:** 2022-11-17**Data Limite:** 2022-12-02**Texto Publicado****Jornal Oficial e Órgão de Comunicação Social:** Aviso (extrato) n.º 21993/2022, publicado no Diário da República n.º 222, de 17 de novembro de 2022**Texto Publicado em Jornal Oficial:** ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA PREENCHIMENTO DE quatro POSTOS DE TRABALHO DA CARREIRA DE TÉCNICO SUPERIOR – ÁREAS FUNCIONAIS DE PSICOLOGIA, SERVIÇO SOCIAL, CIÊNCIAS SOCIAIS e CIÊNCIAS SOCIAIS e humanas, NA MODALIDADE DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO A TERMO RESOLUTIVO CERTO 1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 11.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, e no artigo 33.º da LTFP, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na atual redação, torna-se público que, em cumprimento das deliberações tomadas nas reuniões ordinárias do órgão executivo de 7 de abril e 20 de outubro de 2022, se encontra aberto pelo prazo de 10 dias úteis, a contar do dia seguinte ao da publicação do aviso integral na Bolsa de Emprego Público (BEP), procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público a termo resolutivo certo, pelo período de um ano, de quatro postos de trabalho previstos e não ocupados no mapa de pessoal do município, para a Divisão de Desenvolvimento Social e Cultural – Unidade de 3.º Grau de Ação Social – Serviço de Apoio Social: Referência A - Um posto de trabalho, na carreira/categoria de Técnico Superior - área funcional de Psicologia; Referência B - Um posto de trabalho, na carreira/categoria de Técnico Superior - área funcional de Serviço Social; Referência C - Um posto de trabalho, na carreira/categoria de Técnico Superior - área funcional de Ciências Sociais; Referência D - Um posto de trabalho, na carreira/categoria de Técnico Superior - área funcional de Ciências Sociais e Humanas. 2 - Ao presente procedimento concursal serão aplicadas as regras constantes nos seguintes diplomas: Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na atual redação; Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro; Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro; e Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na atual redação. 3 - Para efeitos do disposto no artigo 16.º do Decreto-Lei n.º

209/2009, de 3 de setembro e nos artigos 2.º e 34.º da Lei n.º 25/2017, de 30 de maio, declara-se que não está constituída reserva de recrutamento nesta autarquia bem como não está constituída, no seu respetivo âmbito de atuação, a Entidade Gestora da Requalificação nas Autarquias - EGRA, não havendo, assim, lista nominativa de trabalhadores colocados em regime de valorização profissional. 4 – Posicionamento remuneratório: 2.ª posição remuneratória da categoria de Técnico Superior, nível 16 da tabela remuneratória única atualizada, à qual corresponde o montante pecuniário atual de 1268,04€. 5 – Prazo de validade: O procedimento concursal é válido para o recrutamento e preenchimento dos postos de trabalho a ocupar e para os efeitos do disposto no n.º 5 do artigo 25.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro. 6 – Local de trabalho: O local de trabalho situa-se na área do Município de Valença. 7 – Funções a desempenhar: Funções correspondentes à caracterização funcional da categoria de Técnico Superior, constantes do anexo a que se refere o n.º 2 do artigo 88.º da LTFP, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na atual redação; complementadas com o conteúdo funcional descrito no mapa de pessoal: 7.1 – Referência A: Efetuar estudos de natureza científico-técnica, que fundamentam e preparam a decisão, em áreas como recursos humanos, apoio social e educativo, colaborando, nomeadamente, nas seguintes áreas: promoção de ações necessárias ao recrutamento, seleção e orientação profissional dos trabalhadores; resolução de problemas de adaptação e readaptação social dos indivíduos, grupos ou comunidades; deteção de necessidades da comunidade educativa, com o fim de propor a realização de ações de prevenção e medidas adequadas, designadamente, em casos de insucesso escolar; identificação de necessidades de ocupação de tempos livres, promovendo e apoiando atividades de índole cultural, educativa e recreativa, bem como exercer outras funções inerentes ao posto de trabalho. 7.2 – Referência B: Realizar atendimento social personalizado, disponibilizando às pessoas e às famílias em situação de vulnerabilidade social apoio na resolução dos seus problemas; efetuar visitas domiciliárias às famílias, sempre que se justifique; estudar e elaborar o processo individual e diagnóstico dos agregados familiares beneficiários do rendimento social de inserção, recolhendo a informação necessária; negociar, definir e acompanhar com a família o programa de inserção; contactar e estabelecer relações de cooperação e parceria com os setores representados no Núcleo Local de Inserção (NLI), bem como com outras entidades que desenvolvam a sua intervenção na comunidade; e fazer a gestão dos processos individuais de cada agregado familiar, enquanto mediador da intervenção em articulação com os diferentes intervenientes e entidades envolvidas no desenvolvimento dos programas de inserção. 7.3 – Referência C: Realizar atendimento social personalizado, disponibilizando às pessoas e às famílias em situação de vulnerabilidade social apoio na resolução dos seus problemas; emitir informações e relatórios sociais; efetuar visitas domiciliárias às famílias, sempre que se justifique; e analisar e acompanhar pedidos de atribuição de prestações pecuniárias de caráter eventual em situações de carência económica. 7.4 - Referência D: Executar funções de estudo, conceção e adaptação de métodos e processos científicos e técnicos, tendo em vista informar a decisão superior, na área de formação; planejar, implementar e acompanhar projetos educativos e projetos locais na área de educação; prestar apoio pedagógico a crianças de risco em projetos no âmbito da prevenção e acompanhamento escolar; intervir, em matéria de educação, de forma sistemática e planificada, em diversos contextos sociais, com grupos desfavorecidos, em situação de risco ou exclusão social; analisar e acompanhar pedidos de atribuição de prestações pecuniárias de caráter eventual em situações de carência económica; e promover a educação para a saúde, contribuindo para a prevenção, diagnóstico precoce e orientação para o tratamento. 8 – Âmbito de recrutamento: Ao procedimento concursal podem concorrer trabalhadores detentores de vínculo de emprego público por tempo indeterminado, vínculo de emprego público a termo ou sem vínculo, conforme o disposto no n.º 4 do artigo 30.º da LTFP, e conforme deliberações da Câmara Municipal de 7 de abril e 20 de outubro de 2022. 9 – Requisitos de admissão a concurso: 9.1 - Os requisitos gerais de admissão, previstos no artigo 17.º da LTFP, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na atual redação, são os seguintes: a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos excecionados pela Constituição, lei especial ou convenção internacional; b) Ter 18 anos de idade completos; c) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata; d) Possuir robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício de funções; e) Ter cumprido as leis de vacinação obrigatória. 9.2 - Requisitos especiais: 9.2.1 – Referência A - Os candidatos deverão ser titulares de Licenciatura na área de formação académica de Psicologia (código 311 do CNAEF), com título profissional válido para o exercício da profissão de Psicólogo, nomeadamente, a inscrição na Ordem dos Psicólogos. Não existe a possibilidade de substituição do nível habilitacional

por formação. 9.2.2 – Referência B - Os candidatos deverão ser titulares de Licenciatura na área de formação académica de Serviços Sociais (código 760 do CNAEF). Não existe a possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação. 9.2.3 – Referência C - Os candidatos deverão ser titulares de Licenciatura na área de formação académica de Ciências Sociais e do Comportamento (código 319 do CNAEF). Não existe a possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação. 9.2.4 – Referência D - Os candidatos deverão ser titulares de Licenciatura nas áreas de formação académica de Ciências Sociais e do Comportamento (código 319 do CNAEF) ou Ciências da Educação (código 142 do CNAEF). Não existe a possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação. 9.3 – Nos termos da alínea k) do n.º 4 do artigo 11.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal do órgão ou serviço idênticos ao posto de trabalho para cuja ocupação se publica o procedimento. 10 – Métodos de seleção: Nos termos do disposto no artigo 36.º da LTFP, serão aplicados os métodos de seleção obrigatórios Avaliação Curricular (AC) e Entrevista de Avaliação de Competências (EAC). 10.1 – A Avaliação Curricular (AC) visa aferir os elementos de maior relevância para o posto de trabalho a ocupar, entre os quais a habilitação académica ou nível de qualificação, a formação profissional e a experiência profissional. Este método terá uma ponderação de 40%, sendo o resultado obtido de acordo com a seguinte fórmula: $AC = HA + FP + 2EP / 4$ AC = Avaliação Curricular HA = Habilitação Académica FP = Formação Profissional EP = Experiência Profissional 10.2 – A Entrevista de Avaliação de Competências visa obter informações sobre comportamentos profissionais diretamente relacionados com as competências consideradas essenciais para o exercício da função. Este método terá uma ponderação de 60%, uma duração máxima de 30 minutos e versará sobre os seguintes parâmetros: orientação para o serviço público; conhecimentos especializados e experiência; trabalho de equipa e cooperação; e comunicação e tolerância à pressão e contrariedades. Será avaliado segundo os níveis classificativos de Elevado, Bom, Suficiente, Reduzido, Insuficiente, aos quais correspondem, respetivamente, as classificações de 20, 16, 12, 8 e 4 valores. O resultado final deste método será obtido através da média aritmética simples das classificações dos parâmetros a avaliar. 10.3 - A classificação e ordenação final dos candidatos que completarem o procedimento, com aprovação em todos os métodos de seleção, é efetuada por ordem decrescente da média aritmética ponderada das classificações quantitativas obtidas em cada método de seleção, expressa numa escala de 0 a 20 valores e efetuada de acordo com a seguinte fórmula: $CF = AC (40\%) + EAC (60\%)$ CF = Classificação Final AC = Avaliação Curricular EAC = Entrevista de Avaliação de Competências 10.4 – Tendo em conta a urgência no preenchimento dos postos de trabalho em apreço, de acordo com o disposto no artigo 19.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, na atual redação, os métodos de seleção indicados poderão ser aplicados de forma faseada, sendo que a aplicação do segundo método será efetuada apenas a parte dos candidatos aprovados no método anterior, a convocar por conjuntos sucessivos de candidatos, por ordem decrescente de classificação, respeitando a prioridade legal da sua situação jurídico-funcional, até à satisfação das necessidades. 11 - Nos termos do n.º 5 do artigo 11.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, a ata do júri, onde constam os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação de cada um dos métodos de seleção a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valoração final do método, será publicitada no sítio da Internet deste Município. 12 – É excluído do procedimento o candidato que tenha obtido uma valoração inferior a 9,5 valores, não lhe sendo aplicado o método seguinte. 13 – Composição do júri: 13.1 - Referência A: Presidente – Andrea Vieira Pestana Trindade Brandão, Técnica Superior de Psicologia; Vogais efetivos: Diva Carla Salgado do Amaral, Chefe de Divisão de Desenvolvimento, Educação e Cultura da Câmara Municipal de Melgaço, que substituirá a presidente do júri nas suas faltas e impedimentos, e Paula Cristina Pinheiro Vasconcelos Mateus, Chefe de Divisão Administrativa Geral; Vogais suplentes: Manuela Maria Vasconcelos Ribeiro da Costa Andrade, Chefe da Unidade de 3.º grau de Ação Social e Marlene Sofia Gamboa Freitas Franco, Técnica Superior de Recursos Humanos. 13.2 - Referência B: Presidente – Manuela Maria Vasconcelos Ribeiro da Costa Andrade, Chefe da Unidade de 3.º grau de Ação Social; Vogais efetivos: Sílvia Neli Lourenço Monteiro Alves, Técnica Superior da Câmara Municipal de Monção e Coordenadora do Núcleo Local de Inserção, que substituirá a presidente do júri nas suas faltas e impedimentos, e Marlene Sofia Gamboa Freitas Franco, Técnica Superior de Recursos Humanos; Vogais suplentes: Paula Cristina Pinheiro Vasconcelos Mateus, Chefe de Divisão Administrativa Geral e Andrea Vieira Pestana Trindade

Brandão, Técnica Superior de Psicologia. 13.3 - Referência C: Presidente – Manuela Maria Vasconcelos Ribeiro da Costa Andrade, Chefe da Unidade de 3.º grau de Ação Social; Vogais efetivos: Sílvia Neli Lourenço Monteiro Alves, Técnica Superior da Câmara Municipal de Monção e Coordenadora do Núcleo Local de Inserção, que substituirá a presidente do júri nas suas faltas e impedimentos, e Paula Cristina Pinheiro Vasconcelos Mateus, Chefe de Divisão Administrativa Geral; Vogais suplentes: Marlene Sofia Gamboa Freitas Franco, Técnica Superior de Recursos Humanos e Andrea Vieira Pestana Trindade Brandão, Técnica Superior de Psicologia. 13.4 - Referência D: Presidente – Manuela Maria Vasconcelos Ribeiro da Costa Andrade, Chefe da Unidade de 3.º grau de Ação Social; Vogais efetivos: Sílvia Neli Lourenço Monteiro Alves, Técnica Superior da Câmara Municipal de Monção e Coordenadora do Núcleo Local de Inserção, que substituirá a presidente do júri nas suas faltas e impedimentos, e Marlene Sofia Gamboa Freitas Franco, Técnica Superior de Recursos Humanos; Vogais suplentes: Paula Cristina Pinheiro Vasconcelos Mateus, Chefe de Divisão Administrativa Geral e Andrea Vieira Pestana Trindade Brandão, Técnica Superior de Psicologia. 14 – Prazo e forma para a apresentação das candidaturas: 14.1 - Prazo de candidatura: 10 dias úteis a contar do dia seguinte ao da publicação do presente aviso na Bolsa de Emprego Público (BEP), nos termos do artigo 2.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro. 14.2 – Forma de apresentação das candidaturas: A apresentação das candidaturas é efetuada em suporte de papel, por ausência de plataforma eletrónica que assegure a apresentação das mesmas por esta via, pelo que estas deverão ser formalizadas mediante preenchimento obrigatório de formulário de candidatura, disponibilizado no sítio da Internet deste Município (<https://www.cm-valenca.pt/documentos>) e na Subunidade de Recursos Humanos desta Câmara Municipal, onde deverá ser entregue pessoalmente, dentro do horário de atendimento, de segunda a sexta-feira, das 9h00 às 12h30 e das 13h30 às 16h00; ou remetido por correio registado com aviso de receção, para o Município de Valença, Praça da República, 4930 – 702 Valença. Não serão aceites as candidaturas remetidas via correio eletrónico, atendendo aos constrangimentos que possam surgir e que garantam a boa receção das mesmas, nomeadamente, por questões de limitação da capacidade da caixa de correio eletrónico. A não apresentação da candidatura nos termos definidos neste ponto implica a exclusão do candidato. 14.3 – A apresentação da candidatura, devidamente datada e assinada, deverá ser acompanhada da seguinte documentação: a) Fotocópia do certificado de habilitações literárias ou outro documento idóneo, legalmente reconhecido para o efeito. Os candidatos possuidores de habilitações literárias obtidas em país estrangeiro deverão submeter, em simultâneo, documento comprovativo das habilitações correspondente ao reconhecimento das habilitações estrangeiras previstas pela legislação portuguesa aplicável, sob pena de exclusão. b) Comprovativo da inscrição na Ordem dos Psicólogos (aplicável apenas à Referência A); c) Currículo vitae detalhado, atualizado, datado e assinado pelo candidato, onde constem as funções que tem exercido e formação profissional que possui, devidamente comprovadas sob pena de não serem consideradas. d) Declaração emitida pelo serviço público de origem, devidamente atualizada, da qual conste: a modalidade de vínculo de emprego público, a descrição das atividades/funções que atualmente executa, a carreira/categoria em que se encontra inserido, nível e posição remuneratória e avaliação de desempenho obtida nos dois últimos biénios (documento apenas aplicável a candidatos com contrato de trabalho em funções públicas). 14.4 – A não apresentação dos documentos comprovativos do preenchimento dos requisitos legalmente exigidos determina a exclusão do candidato do procedimento, quando a falta desses elementos impossibilite a sua admissão ou avaliação. 15 - As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei. 16 - Quotas de emprego: Nos termos do n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro, os candidatos com deficiência têm preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal. Os candidatos com deficiência devem declarar, no requerimento de admissão, sob compromisso de honra, o respetivo grau de incapacidade e tipo de deficiência. 17 - Exclusão e notificação de candidatos: De acordo com o preceituado nos artigos 6.º e 16.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, os candidatos serão notificados por uma das formas previstas no n.º 1 do artigo 112.º do Código do Procedimento Administrativo. 18 - A publicitação dos resultados obtidos em cada método de seleção é efetuada através de lista, ordenada alfabeticamente, afixada em local visível e público das instalações do Município de Valença e disponibilizada no seu sítio da Internet. 19 - Em situações de igualdade de valoração, entre candidatos, os critérios de preferência a adotar serão os previstos no artigo 24.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro. Subsistindo a igualdade, a ordenação será efetuada de acordo com os seguintes critérios: candidato com maior valoração no segundo método

de seleção; candidato que esteja a desempenhar funções em posto de trabalho idêntico ou equiparado; candidato com maior experiência em funções similares ao posto de trabalho a concurso; candidato com maior formação profissional. 20 - A lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados é notificada aos candidatos para a realização da audiência prévia dos interessados, nos termos do Código do Procedimento Administrativo. A lista unitária de ordenação final, após homologação, será afixada em local visível e público, das instalações do Município de Valença e disponibilizada na sua página eletrónica, sendo ainda publicado um aviso na 2.ª série do Diário da República com informação sobre a sua publicitação. 21 – Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 11.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, o presente aviso será publicitado, por extrato, na 2.ª Série do Diário da República, e integralmente, na Bolsa de Emprego Público (BEP), acessível em <https://www.bep.gov.pt>, e no sítio da Internet do Município de Valença (<https://www.cm-valenca.pt/concursos>). 22 - Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição "a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação". Município de Valença, 8 de novembro de 2022. A VEREADORA, Ana Paula Vaz Almendra Xavier

Observações

Alteração de Júri

Resultados

Questionário de Termina da Oferta

Admitidos

Masculinos:

Femininos:

Total:

Total SME:

Total Com Auxílio da BEP:

Recrutados

Masculinos:

Femininos:

Total:

Total Portadores Deficiência:

Total SME:

Total Com Auxílio da BEP:

Detalhe de Oferta de Emprego

Caracterização da Oferta

Código da Oferta: OE202211/0618

Tipo Oferta: Procedimento Concursal Comum

Estado: Ativa

Nível Orgânico: Câmaras Municipais

Orgão / Serviço: Câmara Municipal de Valença

Vínculo: CTFP a termo resolutivo certo

Duração: 12

Regime: Carreiras Gerais

Carreira: Técnico Superior

Categoria: Técnico Superior

Grau de Complexidade: 3

Remuneração: 2.ª posição remuneratória da categoria de Técnico Superior, no montante atual de 1268,04€.

Suplemento Mensal: 0.00 EUR

Caracterização do Posto de Trabalho:

Funções correspondentes à caracterização funcional da categoria de Técnico Superior, constantes do anexo a que se refere o n.º 2 do artigo 88.º da LTFP, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na atual redação; complementadas com o conteúdo funcional descrito no mapa de pessoal: Referência B (Serviço Social): Realizar atendimento social personalizado, disponibilizando às pessoas e às famílias em situação de vulnerabilidade social apoio na resolução dos seus problemas; efetuar visitas domiciliárias às famílias, sempre que se justifique; estudar e elaborar o processo individual e diagnóstico dos agregados familiares beneficiários do rendimento social de inserção, recolhendo a informação necessária; negociar, definir e acompanhar com a família o programa de inserção; contactar e estabelecer relações de cooperação e parceria com os setores representados no Núcleo Local de Inserção (NLI), bem como com outras entidades que desenvolvam a sua intervenção na comunidade; e fazer a gestão dos processos individuais de cada agregado familiar, enquanto mediador da intervenção em articulação com os diferentes intervenientes e entidades envolvidas no desenvolvimento dos programas de inserção.

Requisitos de Admissão

Nomeação definitiva

Nomeação transitória, por tempo determinável

Nomeação transitória, por tempo determinado

Relação Jurídica: CTFP por tempo indeterminado

CTFP a termo resolutivo certo

CTFP a termo resolutivo incerto

Sem Relação Jurídica de Emprego Público

Requisitos para a Constituição de Relação Jurídica:

a) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;

b) 18 anos de idade completos;

c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;

d) Robustez física e perfil psíquico indispensável ao exercício das funções;

e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

Autorização dos membros do Governo Artigo 30.º da LTFP:

Deliberação da Câmara Municipal de 7 de abril de 2022

Habilitação Literária: Licenciatura

Descrição da Habilitação Literária: Licenciatura na área de formação académica de Serviços Sociais (cód. 760 do CNAEF)

Grupo Área Temática	Sub-área Temática	Área Temática
Direito, Ciências Sociais e Serviços	Ciências Sociais	Serviço Social

Locais de Trabalho

Local Trabalho	Nº Postos	Morada	Localidade	Código Postal	Distrito	Concelho
Câmara Municipal de Valença	1	Praça da República	Valença	4930702 VALENÇA	Viana do Castelo	Valença

Total Postos de Trabalho: 1

Nº de Vagas/ Alterações

Formação Profissional

Outros Requisitos:

Formalização das Candidaturas

Envio de Candidaturas para: Município de Valença, Praça da República, 4930-702 Valença

Contacto: 251809526

Data Publicitação: 2022-11-17

Data Limite: 2022-12-02

Texto Publicado

Jornal Oficial e Orgão de Comunicação Social: Aviso (extrato) n.º 21993/2022, publicado no Diário da República n.º 222, de 17 de novembro de 2022

Texto Publicado em Jornal Oficial: ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA PREENCHIMENTO DE quatro POSTOS DE TRABALHO DA CARREIRA DE TÉCNICO SUPERIOR – ÁREAS FUNCIONAIS DE PSICOLOGIA, SERVIÇO SOCIAL, CIÊNCIAS SOCIAIS e CIÊNCIAS SOCIAIS e humanas, NA MODALIDADE DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO A TERMO RESOLUTIVO CERTO 1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 11.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, e no artigo 33.º da LTFP, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na atual redação, torna-se público que, em cumprimento das deliberações tomadas nas reuniões ordinárias do órgão executivo de 7 de abril e 20 de outubro de 2022, se encontra aberto pelo prazo de 10 dias úteis, a contar do dia seguinte ao da publicação do aviso integral na Bolsa de Emprego Público (BEP), procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público a termo resolutivo certo, pelo período de um ano, de quatro postos de trabalho previstos e não ocupados no mapa de pessoal do município, para a Divisão de Desenvolvimento Social e Cultural – Unidade de 3.º Grau de Ação Social – Serviço de Apoio Social: Referência A - Um posto de trabalho, na carreira/categoria de Técnico Superior - área funcional de Psicologia; Referência B - Um posto de trabalho, na carreira/categoria de Técnico Superior - área funcional de Serviço Social; Referência C - Um posto de trabalho, na carreira/categoria de Técnico Superior - área funcional de Ciências Sociais; Referência D - Um posto de trabalho, na carreira/categoria de Técnico Superior - área funcional de Ciências Sociais e Humanas. 2 - Ao presente procedimento concursal serão aplicadas as regras constantes nos seguintes diplomas: Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na atual redação; Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro; Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro; e Código do Procedimento

Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na atual redação. 3 - Para efeitos do disposto no artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro e nos artigos 2.º e 34.º da Lei n.º 25/2017, de 30 de maio, declara-se que não está constituída reserva de recrutamento nesta autarquia bem como não está constituída, no seu respetivo âmbito de atuação, a Entidade Gestora da Requalificação nas Autarquias - EGRA, não havendo, assim, lista nominativa de trabalhadores colocados em regime de valorização profissional. 4 – Posicionamento remuneratório: 2.ª posição remuneratória da categoria de Técnico Superior, nível 16 da tabela remuneratória única atualizada, à qual corresponde o montante pecuniário atual de 1268,04€. 5 – Prazo de validade: O procedimento concursal é válido para o recrutamento e preenchimento dos postos de trabalho a ocupar e para os efeitos do disposto no n.º 5 do artigo 25.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro. 6 – Local de trabalho: O local de trabalho situa-se na área do Município de Valença. 7 – Funções a desempenhar: Funções correspondentes à caracterização funcional da categoria de Técnico Superior, constantes do anexo a que se refere o n.º 2 do artigo 88.º da LTFP, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na atual redação; complementadas com o conteúdo funcional descrito no mapa de pessoal: 7.1 – Referência A: Efetuar estudos de natureza científico-técnica, que fundamentam e preparam a decisão, em áreas como recursos humanos, apoio social e educativo, colaborando, nomeadamente, nas seguintes áreas: promoção de ações necessárias ao recrutamento, seleção e orientação profissional dos trabalhadores; resolução de problemas de adaptação e readaptação social dos indivíduos, grupos ou comunidades; deteção de necessidades da comunidade educativa, com o fim de propor a realização de ações de prevenção e medidas adequadas, designadamente, em casos de insucesso escolar; identificação de necessidades de ocupação de tempos livres, promovendo e apoiando atividades de índole cultural, educativa e recreativa, bem como exercer outras funções inerentes ao posto de trabalho. 7.2 – Referência B: Realizar atendimento social personalizado, disponibilizando às pessoas e às famílias em situação de vulnerabilidade social apoio na resolução dos seus problemas; efetuar visitas domiciliárias às famílias, sempre que se justifique; estudar e elaborar o processo individual e diagnóstico dos agregados familiares beneficiários do rendimento social de inserção, recolhendo a informação necessária; negociar, definir e acompanhar com a família o programa de inserção; contactar e estabelecer relações de cooperação e parceria com os setores representados no Núcleo Local de Inserção (NLI), bem como com outras entidades que desenvolvam a sua intervenção na comunidade; e fazer a gestão dos processos individuais de cada agregado familiar, enquanto mediador da intervenção em articulação com os diferentes intervenientes e entidades envolvidas no desenvolvimento dos programas de inserção. 7.3 – Referência C: Realizar atendimento social personalizado, disponibilizando às pessoas e às famílias em situação de vulnerabilidade social apoio na resolução dos seus problemas; emitir informações e relatórios sociais; efetuar visitas domiciliárias às famílias, sempre que se justifique; e analisar e acompanhar pedidos de atribuição de prestações pecuniárias de caráter eventual em situações de carência económica. 7.4 - Referência D: Executar funções de estudo, conceção e adaptação de métodos e processos científicos e técnicos, tendo em vista informar a decisão superior, na área de formação; planejar, implementar e acompanhar projetos educativos e projetos locais na área de educação; prestar apoio pedagógico a crianças de risco em projetos no âmbito da prevenção e acompanhamento escolar; intervir, em matéria de educação, de forma sistemática e planificada, em diversos contextos sociais, com grupos desfavorecidos, em situação de risco ou exclusão social; analisar e acompanhar pedidos de atribuição de prestações pecuniárias de caráter eventual em situações de carência económica; e promover a educação para a saúde, contribuindo para a prevenção, diagnóstico precoce e orientação para o tratamento. 8 – Âmbito de recrutamento: Ao procedimento concursal podem concorrer trabalhadores detentores de vínculo de emprego público por tempo indeterminado, vínculo de emprego público a termo ou sem vínculo, conforme o disposto no n.º 4 do artigo 30.º da LTFP, e conforme deliberações da Câmara Municipal de 7 de abril e 20 de outubro de 2022. 9 – Requisitos de admissão a concurso: 9.1 - Os requisitos gerais de admissão, previstos no artigo 17.º da LTFP, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na atual redação, são os seguintes: a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos excetados pela Constituição, lei especial ou convenção internacional; b) Ter 18 anos de idade completos; c) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata; d) Possuir robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício de funções; e) Ter cumprido as leis de vacinação obrigatória. 9.2 - Requisitos especiais: 9.2.1 – Referência A - Os candidatos deverão ser titulares de Licenciatura na área de formação académica de Psicologia (código 311 do CNAEF), com título profissional válido

para o exercício da profissão de Psicólogo, nomeadamente, a inscrição na Ordem dos Psicólogos. Não existe a possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação. 9.2.2 – Referência B - Os candidatos deverão ser titulares de Licenciatura na área de formação académica de Serviços Sociais (código 760 do CNAEF). Não existe a possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação. 9.2.3 – Referência C - Os candidatos deverão ser titulares de Licenciatura na área de formação académica de Ciências Sociais e do Comportamento (código 319 do CNAEF). Não existe a possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação. 9.2.4 – Referência D - Os candidatos deverão ser titulares de Licenciatura nas áreas de formação académica de Ciências Sociais e do Comportamento (código 319 do CNAEF) ou Ciências da Educação (código 142 do CNAEF). Não existe a possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação. 9.3 – Nos termos da alínea k) do n.º 4 do artigo 11.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal do órgão ou serviço idênticos ao posto de trabalho para cuja ocupação se publicita o procedimento. 10 — Métodos de seleção: Nos termos do disposto no artigo 36.º da LTFP, serão aplicados os métodos de seleção obrigatórios Avaliação Curricular (AC) e Entrevista de Avaliação de Competências(EAC). 10.1 – A Avaliação Curricular (AC) visa aferir os elementos de maior relevância para o posto de trabalho a ocupar, entre os quais a habilitação académica ou nível de qualificação, a formação profissional e a experiência profissional. Este método terá uma ponderação de 40%, sendo o resultado obtido de acordo com a seguinte fórmula: $AC = HA + FP + 2EP / 4$ AC = Avaliação Curricular HA = Habilitação Académica FP = Formação Profissional EP = Experiência Profissional 10.2 – A Entrevista de Avaliação de Competências visa obter informações sobre comportamentos profissionais diretamente relacionados com as competências consideradas essenciais para o exercício da função. Este método terá uma ponderação de 60%, uma duração máxima de 30 minutos e versará sobre os seguintes parâmetros: orientação para o serviço público; conhecimentos especializados e experiência; trabalho de equipa e cooperação; e comunicação e tolerância à pressão e contrariedades. Será avaliado segundo os níveis classificativos de Elevado, Bom, Suficiente, Reduzido, Insuficiente, aos quais correspondem, respetivamente, as classificações de 20, 16, 12, 8 e 4 valores. O resultado final deste método será obtido através da média aritmética simples das classificações dos parâmetros a avaliar. 10.3 - A classificação e ordenação final dos candidatos que completarem o procedimento, com aprovação em todos os métodos de seleção, é efetuada por ordem decrescente da média aritmética ponderada das classificações quantitativas obtidas em cada método de seleção, expressa numa escala de 0 a 20 valores e efetuada de acordo com a seguinte fórmula: $CF = AC (40\%) + EAC (60\%)$ CF = Classificação Final AC = Avaliação Curricular EAC = Entrevista de Avaliação de Competências 10.4 – Tendo em conta a urgência no preenchimento dos postos de trabalho em apreço, de acordo com o disposto no artigo 19.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, na atual redação, os métodos de seleção indicados poderão ser aplicados de forma faseada, sendo que a aplicação do segundo método será efetuada apenas a parte dos candidatos aprovados no método anterior, a convocar por conjuntos sucessivos de candidatos, por ordem decrescente de classificação, respeitando a prioridade legal da sua situação jurídico-funcional, até à satisfação das necessidades. 11 - Nos termos do n.º 5 do artigo 11.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, a ata do júri, onde constam os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação de cada um dos métodos de seleção a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valoração final do método, será publicitada no sítio da Internet deste Município. 12 – É excluído do procedimento o candidato que tenha obtido uma valoração inferior a 9,5 valores, não lhe sendo aplicado o método seguinte. 13 – Composição do júri: 13.1 - Referência A: Presidente – Andrea Vieira Pestana Trindade Brandão, Técnica Superior de Psicologia; Vogais efetivos: Diva Carla Salgado do Amaral, Chefe de Divisão de Desenvolvimento, Educação e Cultura da Câmara Municipal de Melgaço, que substituirá a presidente do júri nas suas faltas e impedimentos, e Paula Cristina Pinheiro Vasconcelos Mateus, Chefe de Divisão Administrativa Geral; Vogais suplentes: Manuela Maria Vasconcelos Ribeiro da Costa Andrade, Chefe da Unidade de 3.º grau de Ação Social e Marlene Sofia Gamboa Freitas Franco, Técnica Superior de Recursos Humanos. 13.2 - Referência B: Presidente – Manuela Maria Vasconcelos Ribeiro da Costa Andrade, Chefe da Unidade de 3.º grau de Ação Social; Vogais efetivos: Sílvia Neli Lourenço Monteiro Alves, Técnica Superior da Câmara Municipal de Monção e Coordenadora do Núcleo Local de Inserção, que substituirá a presidente do júri nas suas faltas e impedimentos, e Marlene Sofia Gamboa Freitas Franco, Técnica Superior de

Recursos Humanos; Vogais suplentes: Paula Cristina Pinheiro Vasconcelos Mateus, Chefe de Divisão Administrativa Geral e Andrea Vieira Pestana Trindade Brandão, Técnica Superior de Psicologia. 13.3 - Referência C: Presidente – Manuela Maria Vasconcelos Ribeiro da Costa Andrade, Chefe da Unidade de 3.º grau de Ação Social; Vogais efetivos: Sílvia Neli Lourenço Monteiro Alves, Técnica Superior da Câmara Municipal de Monção e Coordenadora do Núcleo Local de Inserção, que substituirá a presidente do júri nas suas faltas e impedimentos, e Paula Cristina Pinheiro Vasconcelos Mateus, Chefe de Divisão Administrativa Geral; Vogais suplentes: Marlene Sofia Gamboa Freitas Franco, Técnica Superior de Recursos Humanos e Andrea Vieira Pestana Trindade Brandão, Técnica Superior de Psicologia. 13.4 - Referência D: Presidente – Manuela Maria Vasconcelos Ribeiro da Costa Andrade, Chefe da Unidade de 3.º grau de Ação Social; Vogais efetivos: Sílvia Neli Lourenço Monteiro Alves, Técnica Superior da Câmara Municipal de Monção e Coordenadora do Núcleo Local de Inserção, que substituirá a presidente do júri nas suas faltas e impedimentos, e Marlene Sofia Gamboa Freitas Franco, Técnica Superior de Recursos Humanos; Vogais suplentes: Paula Cristina Pinheiro Vasconcelos Mateus, Chefe de Divisão Administrativa Geral e Andrea Vieira Pestana Trindade Brandão, Técnica Superior de Psicologia. 14 – Prazo e forma para a apresentação das candidaturas: 14.1 - Prazo de candidatura: 10 dias úteis a contar do dia seguinte ao da publicação do presente aviso na Bolsa de Emprego Público (BEP), nos termos do artigo 2.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro. 14.2 – Forma de apresentação das candidaturas: A apresentação das candidaturas é efetuada em suporte de papel, por ausência de plataforma eletrónica que assegure a apresentação das mesmas por esta via, pelo que estas deverão ser formalizadas mediante preenchimento obrigatório de formulário de candidatura, disponibilizado no sítio da Internet deste Município (<https://www.cm-valenca.pt/documentos>) e na Subunidade de Recursos Humanos desta Câmara Municipal, onde deverá ser entregue pessoalmente, dentro do horário de atendimento, de segunda a sexta-feira, das 9h00 às 12h30 e das 13h30 às 16h00; ou remetido por correio registado com aviso de receção, para o Município de Valença, Praça da República, 4930 – 702 Valença. Não serão aceites as candidaturas remetidas via correio eletrónico, atendendo aos constrangimentos que possam surgir e que garantam a boa receção das mesmas, nomeadamente, por questões de limitação da capacidade da caixa de correio eletrónico. A não apresentação da candidatura nos termos definidos neste ponto implica a exclusão do candidato. 14.3 – A apresentação da candidatura, devidamente datada e assinada, deverá ser acompanhada da seguinte documentação: a) Fotocópia do certificado de habilitações literárias ou outro documento idóneo, legalmente reconhecido para o efeito. Os candidatos possuidores de habilitações literárias obtidas em país estrangeiro deverão submeter, em simultâneo, documento comprovativo das habilitações correspondente ao reconhecimento das habilitações estrangeiras previstas pela legislação portuguesa aplicável, sob pena de exclusão. b) Comprovativo da inscrição na Ordem dos Psicólogos (aplicável apenas à Referência A); c) Curriculum vitae detalhado, atualizado, datado e assinado pelo candidato, onde constem as funções que tem exercido e formação profissional que possui, devidamente comprovadas sob pena de não serem consideradas. d) Declaração emitida pelo serviço público de origem, devidamente atualizada, da qual conste: a modalidade de vínculo de emprego público, a descrição das atividades/funções que atualmente executa, a carreira/categoria em que se encontra inserido, nível e posição remuneratória e avaliação de desempenho obtida nos dois últimos biénios (documento apenas aplicável a candidatos com contrato de trabalho em funções públicas). 14.4 – A não apresentação dos documentos comprovativos do preenchimento dos requisitos legalmente exigidos determina a exclusão do candidato do procedimento, quando a falta desses elementos impossibilite a sua admissão ou avaliação. 15 - As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei. 16 - Quotas de emprego: Nos termos do n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro, os candidatos com deficiência têm preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal. Os candidatos com deficiência devem declarar, no requerimento de admissão, sob compromisso de honra, o respetivo grau de incapacidade e tipo de deficiência. 17 - Exclusão e notificação de candidatos: De acordo com o preceituado nos artigos 6.º e 16.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, os candidatos serão notificados por uma das formas previstas no n.º 1 do artigo 112.º do Código do Procedimento Administrativo. 18 - A publicitação dos resultados obtidos em cada método de seleção é efetuada através de lista, ordenada alfabeticamente, afixada em local visível e público das instalações do Município de Valença e disponibilizada no seu sítio da Internet. 19 - Em situações de igualdade de valoração, entre candidatos, os critérios de preferência a adotar serão os previstos no artigo 24.º da Portaria n.º 233/2022,

de 9 de setembro. Subsistindo a igualdade, a ordenação será efetuada de acordo com os seguintes critérios: candidato com maior valorização no segundo método de seleção; candidato que esteja a desempenhar funções em posto de trabalho idêntico ou equiparado; candidato com maior experiência em funções similares ao posto de trabalho a concurso; candidato com maior formação profissional. 20 - A lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados é notificada aos candidatos para a realização da audiência prévia dos interessados, nos termos do Código do Procedimento Administrativo. A lista unitária de ordenação final, após homologação, será afixada em local visível e público, das instalações do Município de Valença e disponibilizada na sua página eletrónica, sendo ainda publicado um aviso na 2.ª série do Diário da República com informação sobre a sua publicitação. 21 – Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 11.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, o presente aviso será publicitado, por extrato, na 2.ª Série do Diário da República, e integralmente, na Bolsa de Emprego Público (BEP), acessível em <https://www.bep.gov.pt>, e no sítio da Internet do Município de Valença (<https://www.cm-valenca.pt/concursos>). 22 - Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição “a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação”. Município de Valença, 8 de novembro de 2022. A VEREADORA, Ana Paula Vaz Almendra Xavier

Observações

Alteração de Júri

Resultados

Questionário de Termina da Oferta

Admitidos

	Masculinos:	Femininos:
Total:		
Total SME:		
Total Com Auxílio da BEP:		

Recrutados

	Masculinos:	Femininos:
Total:		
Total Portadores Deficiência:		

Total SME:

Total Com Auxílio da BEP:

Detalhe de Oferta de Emprego

Caracterização da Oferta

Código da Oferta:	OE202211/0619
Tipo Oferta:	Procedimento Concursal Comum
Estado:	Ativa
Nível Orgânico:	Câmaras Municipais
Orgão / Serviço:	Câmara Municipal de Valença
Vínculo:	CTFP a termo resolutivo certo
Duração:	12
Regime:	Carreiras Gerais
Carreira:	Técnico Superior
Categoria:	Técnico Superior
Grau de Complexidade:	3
Remuneração:	2.ª posição remuneratória da categoria de Técnico Superior, no montante atual de 1268,04€.
Suplemento Mensal:	0,00 EUR
Caracterização do Posto de Trabalho:	Funções correspondentes à caracterização funcional da categoria de Técnico Superior, constantes do anexo a que se refere o n.º 2 do artigo 88.º da LTFP, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na atual redação; complementadas com o conteúdo funcional descrito no mapa de pessoal: Referência C (Ciências Sociais): Realizar atendimento social personalizado, disponibilizando às pessoas e às famílias em situação de vulnerabilidade social apoio na resolução dos seus problemas; emitir informações e relatórios sociais; efetuar visitas domiciliárias às famílias, sempre que se justifique; e analisar e acompanhar pedidos de atribuição de prestações pecuniárias de caráter eventual em situações de carência económica.

Requisitos de Admissão

Relação Jurídica:	Nomeação definitiva Nomeação transitória, por tempo determinável Nomeação transitória, por tempo determinado CTFP por tempo indeterminado CTFP a termo resolutivo certo CTFP a termo resolutivo incerto Sem Relação Jurídica de Emprego Público	
Requisitos para a Constituição de Relação Jurídica:	a) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial; b) 18 anos de idade completos; c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar; d) Robustez física e perfil psíquico indispensável ao exercício das funções; e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.	
Autorização dos membros do Governo Artigo 30.º da LTFP:	Deliberação da Câmara Municipal de 7 de abril de 2022	
Habilitação Literária:	Licenciatura	
Descrição da Habilitação Literária:	Área de formação académica de Ciências Sociais e do Comportamento (cód. 319 do CNAEF)	
Grupo Área Temática	Sub-área Temática	Área Temática
Direito, Ciências Sociais e Serviços	Ciências Sociais	Ciências Sociais

Locais de Trabalho

Local Trabalho	Nº Postos	Morada	Localidade	Código Postal	Distrito	Concelho
Câmara Municipal de Valença	1	Praça da República	Valença	4930702 VALENÇA	Viana do Castelo	Valença

Total Postos de Trabalho: 1

Nº de Vagas/ Alterações

Formação Profissional

Outros Requisitos:

Formalização das Candidaturas

Envio de Candidaturas para: Município de Valença, Praça da República, 4930-702 Valença

Contacto: 251809526

Data Publicitação: 2022-11-17

Data Limite: 2022-12-02

Texto Publicado

Jornal Oficial e Órgão de Comunicação Social: Aviso (extrato) n.º 21993/2022, publicado no Diário da República n.º 222, de 17 de novembro

Texto Publicado em Jornal Oficial: ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA PREENCHIMENTO DE quatro POSTOS DE TRABALHO DA CARREIRA DE TÉCNICO SUPERIOR – ÁREAS FUNCIONAIS DE PSICOLOGIA, SERVIÇO SOCIAL, CIÊNCIAS SOCIAIS e CIÊNCIAS SOCIAIS e humanas, NA MODALIDADE DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO A TERMO RESOLUTIVO CERTO 1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 11.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, e no artigo 33.º da LTFP, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na atual redação, torna-se público que, em cumprimento das deliberações tomadas nas reuniões ordinárias do órgão executivo de 7 de abril e 20 de outubro de 2022, se encontra aberto pelo prazo de 10 dias úteis, a contar do dia seguinte ao da publicação do aviso integral na Bolsa de Emprego Público (BEP), procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público a termo resolutivo certo, pelo período de um ano, de quatro postos de trabalho previstos e não ocupados no mapa de pessoal do município, para a Divisão de Desenvolvimento Social e Cultural – Unidade de 3.º Grau de Ação Social – Serviço de Apoio Social: Referência A - Um posto de trabalho, na carreira/categoria de Técnico Superior - área funcional de Psicologia; Referência B - Um posto de trabalho, na carreira/categoria de Técnico Superior - área funcional de Serviço Social; Referência C - Um posto de trabalho, na carreira/categoria de Técnico Superior - área funcional de Ciências Sociais; Referência D - Um posto de trabalho, na carreira/categoria de Técnico Superior - área funcional de Ciências Sociais e Humanas. 2 - Ao presente procedimento concursal serão aplicadas as regras constantes nos seguintes diplomas: Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na atual redação; Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro; Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro; e Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na atual redação. 3 - Para efeitos do disposto no artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro e nos artigos 2.º e 34.º da Lei n.º 25/2017, de 30 de maio, declara-se que não está constituída reserva de recrutamento nesta autarquia bem como não está constituída, no seu respetivo âmbito de atuação, a Entidade Gestora da Requalificação nas Autarquias - EGRA, não havendo, assim, lista nominativa de trabalhadores colocados em regime de valorização

profissional. 4 – Posicionamento remuneratório: 2.^a posição remuneratória da categoria de Técnico Superior, nível 16 da tabela remuneratória única atualizada, à qual corresponde o montante pecuniário atual de 1268,04€. 5 – Prazo de validade: O procedimento concursal é válido para o recrutamento e preenchimento dos postos de trabalho a ocupar e para os efeitos do disposto no n.º 5 do artigo 25.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro. 6 – Local de trabalho: O local de trabalho situa-se na área do Município de Valença. 7 – Funções a desempenhar: Funções correspondentes à caracterização funcional da categoria de Técnico Superior, constantes do anexo a que se refere o n.º 2 do artigo 88.º da LTFP, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na atual redação; complementadas com o conteúdo funcional descrito no mapa de pessoal: 7.1 – Referência A: Efetuar estudos de natureza científico-técnica, que fundamentam e preparam a decisão, em áreas como recursos humanos, apoio social e educativo, colaborando, nomeadamente, nas seguintes áreas: promoção de ações necessárias ao recrutamento, seleção e orientação profissional dos trabalhadores; resolução de problemas de adaptação e readaptação social dos indivíduos, grupos ou comunidades; deteção de necessidades da comunidade educativa, com o fim de propor a realização de ações de prevenção e medidas adequadas, designadamente, em casos de insucesso escolar; identificação de necessidades de ocupação de tempos livres, promovendo e apoiando atividades de índole cultural, educativa e recreativa, bem como exercer outras funções inerentes ao posto de trabalho. 7.2 – Referência B: Realizar atendimento social personalizado, disponibilizando às pessoas e às famílias em situação de vulnerabilidade social apoio na resolução dos seus problemas; efetuar visitas domiciliárias às famílias, sempre que se justifique; estudar e elaborar o processo individual e diagnóstico dos agregados familiares beneficiários do rendimento social de inserção, recolhendo a informação necessária; negociar, definir e acompanhar com a família o programa de inserção; contactar e estabelecer relações de cooperação e parceria com os setores representados no Núcleo Local de Inserção (NLI), bem como com outras entidades que desenvolvam a sua intervenção na comunidade; e fazer a gestão dos processos individuais de cada agregado familiar, enquanto mediador da intervenção em articulação com os diferentes intervenientes e entidades envolvidas no desenvolvimento dos programas de inserção. 7.3 – Referência C: Realizar atendimento social personalizado, disponibilizando às pessoas e às famílias em situação de vulnerabilidade social apoio na resolução dos seus problemas; emitir informações e relatórios sociais; efetuar visitas domiciliárias às famílias, sempre que se justifique; e analisar e acompanhar pedidos de atribuição de prestações pecuniárias de caráter eventual em situações de carência económica. 7.4 - Referência D: Executar funções de estudo, conceção e adaptação de métodos e processos científicos e técnicos, tendo em vista informar a decisão superior, na área de formação; planejar, implementar e acompanhar projetos educativos e projetos locais na área de educação; prestar apoio pedagógico a crianças de risco em projetos no âmbito da prevenção e acompanhamento escolar; intervir, em matéria de educação, de forma sistemática e planificada, em diversos contextos sociais, com grupos desfavorecidos, em situação de risco ou exclusão social; analisar e acompanhar pedidos de atribuição de prestações pecuniárias de caráter eventual em situações de carência económica; e promover a educação para a saúde, contribuindo para a prevenção, diagnóstico precoce e orientação para o tratamento. 8 – Âmbito de recrutamento: Ao procedimento concursal podem concorrer trabalhadores detentores de vínculo de emprego público por tempo indeterminado, vínculo de emprego público a termo ou sem vínculo, conforme o disposto no n.º 4 do artigo 30.º da LTFP, e conforme deliberações da Câmara Municipal de 7 de abril e 20 de outubro de 2022. 9 – Requisitos de admissão a concurso: 9.1 - Os requisitos gerais de admissão, previstos no artigo 17.º da LTFP, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na atual redação, são os seguintes: a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos excecionados pela Constituição, lei especial ou convenção internacional; b) Ter 18 anos de idade completos; c) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata; d) Possuir robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício de funções; e) Ter cumprido as leis de vacinação obrigatória. 9.2 - Requisitos especiais: 9.2.1 – Referência A - Os candidatos deverão ser titulares de Licenciatura na área de formação académica de Psicologia (código 311 do CNAEF), com título profissional válido para o exercício da profissão de Psicólogo, nomeadamente, a inscrição na Ordem dos Psicólogos. Não existe a possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação. 9.2.2 – Referência B - Os candidatos deverão ser titulares de Licenciatura na área de formação académica de Serviços Sociais (código 760 do CNAEF). Não existe a possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação. 9.2.3 – Referência C - Os candidatos deverão ser titulares de Licenciatura na área de formação académica de Ciências Sociais e do

Comportamento (código 319 do CNAEF). Não existe a possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação. 9.2.4 – Referência D - Os candidatos deverão ser titulares de Licenciatura nas áreas de formação académica de Ciências Sociais e do Comportamento (código 319 do CNAEF) ou Ciências da Educação (código 142 do CNAEF). Não existe a possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação. 9.3 – Nos termos da alínea k) do n.º 4 do artigo 11.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal do órgão ou serviço idênticos ao posto de trabalho para cuja ocupação se publicita o procedimento. 10 — Métodos de seleção: Nos termos do disposto no artigo 36.º da LTFP, serão aplicados os métodos de seleção obrigatórios Avaliação Curricular (AC) e Entrevista de Avaliação de Competências(EAC). 10.1 – A Avaliação Curricular (AC) visa aferir os elementos de maior relevância para o posto de trabalho a ocupar, entre os quais a habilitação académica ou nível de qualificação, a formação profissional e a experiência profissional. Este método terá uma ponderação de 40%, sendo o resultado obtido de acordo com a seguinte fórmula: $AC = HA + FP + 2EP / 4$ AC = Avaliação Curricular HA = Habilitação Académica FP = Formação Profissional EP = Experiência Profissional 10.2 – A Entrevista de Avaliação de Competências visa obter informações sobre comportamentos profissionais diretamente relacionados com as competências consideradas essenciais para o exercício da função. Este método terá uma ponderação de 60%, uma duração máxima de 30 minutos e versará sobre os seguintes parâmetros: orientação para o serviço público; conhecimentos especializados e experiência; trabalho de equipa e cooperação; e comunicação e tolerância à pressão e contrariedades. Será avaliado segundo os níveis classificativos de Elevado, Bom, Suficiente, Reduzido, Insuficiente, aos quais correspondem, respetivamente, as classificações de 20, 16, 12, 8 e 4 valores. O resultado final deste método será obtido através da média aritmética simples das classificações dos parâmetros a avaliar. 10.3 - A classificação e ordenação final dos candidatos que completarem o procedimento, com aprovação em todos os métodos de seleção, é efetuada por ordem decrescente da média aritmética ponderada das classificações quantitativas obtidas em cada método de seleção, expressa numa escala de 0 a 20 valores e efetuada de acordo com a seguinte fórmula: $CF = AC (40\%) + EAC (60\%)$ CF = Classificação Final AC = Avaliação Curricular EAC = Entrevista de Avaliação de Competências 10.4 – Tendo em conta a urgência no preenchimento dos postos de trabalho em apreço, de acordo com o disposto no artigo 19.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, na atual redação, os métodos de seleção indicados poderão ser aplicados de forma faseada, sendo que a aplicação do segundo método será efetuada apenas a parte dos candidatos aprovados no método anterior, a convocar por conjuntos sucessivos de candidatos, por ordem decrescente de classificação, respeitando a prioridade legal da sua situação jurídico-funcional, até à satisfação das necessidades. 11 - Nos termos do n.º 5 do artigo 11.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, a ata do júri, onde constam os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação de cada um dos métodos de seleção a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valoração final do método, será publicitada no sítio da Internet deste Município. 12 – É excluído do procedimento o candidato que tenha obtido uma valoração inferior a 9,5 valores, não lhe sendo aplicado o método seguinte. 13 – Composição do júri: 13.1 - Referência A: Presidente – Andrea Vieira Pestana Trindade Brandão, Técnica Superior de Psicologia; Vogais efetivos: Diva Carla Salgado do Amaral, Chefe de Divisão de Desenvolvimento, Educação e Cultura da Câmara Municipal de Melgaço, que substituirá a presidente do júri nas suas faltas e impedimentos, e Paula Cristina Pinheiro Vasconcelos Mateus, Chefe de Divisão Administrativa Geral; Vogais suplentes: Manuela Maria Vasconcelos Ribeiro da Costa Andrade, Chefe da Unidade de 3.º grau de Ação Social e Marlene Sofia Gamboa Freitas Franco, Técnica Superior de Recursos Humanos. 13.2 - Referência B: Presidente – Manuela Maria Vasconcelos Ribeiro da Costa Andrade, Chefe da Unidade de 3.º grau de Ação Social; Vogais efetivos: Sílvia Neli Lourenço Monteiro Alves, Técnica Superior da Câmara Municipal de Monção e Coordenadora do Núcleo Local de Inserção, que substituirá a presidente do júri nas suas faltas e impedimentos, e Marlene Sofia Gamboa Freitas Franco, Técnica Superior de Recursos Humanos; Vogais suplentes: Paula Cristina Pinheiro Vasconcelos Mateus, Chefe de Divisão Administrativa Geral e Andrea Vieira Pestana Trindade Brandão, Técnica Superior de Psicologia. 13.3 - Referência C: Presidente – Manuela Maria Vasconcelos Ribeiro da Costa Andrade, Chefe da Unidade de 3.º grau de Ação Social; Vogais efetivos: Sílvia Neli Lourenço Monteiro Alves, Técnica Superior da Câmara Municipal de Monção e Coordenadora do Núcleo Local de Inserção, que substituirá a presidente do júri nas suas faltas e

impedimentos, e Paula Cristina Pinheiro Vasconcelos Mateus, Chefe de Divisão Administrativa Geral; Vogais suplentes: Marlene Sofia Gamboa Freitas Franco, Técnica Superior de Recursos Humanos e Andrea Vieira Pestana Trindade Brandão, Técnica Superior de Psicologia. 13.4 - Referência D: Presidente – Manuela Maria Vasconcelos Ribeiro da Costa Andrade, Chefe da Unidade de 3.º grau de Ação Social; Vogais efetivos: Sílvia Neli Lourenço Monteiro Alves, Técnica Superior da Câmara Municipal de Monção e Coordenadora do Núcleo Local de Inserção, que substituirá a presidente do júri nas suas faltas e impedimentos, e Marlene Sofia Gamboa Freitas Franco, Técnica Superior de Recursos Humanos; Vogais suplentes: Paula Cristina Pinheiro Vasconcelos Mateus, Chefe de Divisão Administrativa Geral e Andrea Vieira Pestana Trindade Brandão, Técnica Superior de Psicologia. 14 – Prazo e forma para a apresentação das candidaturas: 14.1 - Prazo de candidatura: 10 dias úteis a contar do dia seguinte ao da publicação do presente aviso na Bolsa de Emprego Público (BEP), nos termos do artigo 2.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro. 14.2 – Forma de apresentação das candidaturas: a apresentação das candidaturas é efetuada em suporte de papel, por ausência de plataforma eletrónica que assegure a apresentação das mesmas por esta via, pelo que estas deverão ser formalizadas mediante preenchimento obrigatório de formulário de candidatura, disponibilizado no sítio da Internet deste Município (<https://www.cm-valenca.pt/documentos>) e na Subunidade de Recursos Humanos desta Câmara Municipal, onde deverá ser entregue pessoalmente, dentro do horário de atendimento, de segunda a sexta-feira, das 9h00 às 12h30 e das 13h30 às 16h00; ou remetido por correio registado com aviso de receção, para o Município de Valença, Praça da República, 4930 – 702 Valença. Não serão aceites as candidaturas remetidas via correio eletrónico, atendendo aos constrangimentos que possam surgir e que garantam a boa receção das mesmas, nomeadamente, por questões de limitação da capacidade da caixa de correio eletrónico. A não apresentação da candidatura nos termos definidos neste ponto implica a exclusão do candidato. 14.3 – A apresentação da candidatura, devidamente datada e assinada, deverá ser acompanhada da seguinte documentação: a) Fotocópia do certificado de habilitações literárias ou outro documento idóneo, legalmente reconhecido para o efeito. Os candidatos possuidores de habilitações literárias obtidas em país estrangeiro deverão submeter, em simultâneo, documento comprovativo das habilitações correspondente ao reconhecimento das habilitações estrangeiras previstas pela legislação portuguesa aplicável, sob pena de exclusão. b) Comprovativo da inscrição na Ordem dos Psicólogos (aplicável apenas à Referência A); c) Curriculum vitae detalhado, atualizado, datado e assinado pelo candidato, onde constem as funções que tem exercido e formação profissional que possui, devidamente comprovadas sob pena de não serem consideradas. d) Declaração emitida pelo serviço público de origem, devidamente atualizada, da qual conste: a modalidade de vínculo de emprego público, a descrição das atividades/funções que atualmente executa, a carreira/categoria em que se encontra inserido, nível e posição remuneratória e avaliação de desempenho obtida nos dois últimos biénios (documento apenas aplicável a candidatos com contrato de trabalho em funções públicas). 14.4 – A não apresentação dos documentos comprovativos do preenchimento dos requisitos legalmente exigidos determina a exclusão do candidato do procedimento, quando a falta desses elementos impossibilite a sua admissão ou avaliação. 15 - As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei. 16 - Quotas de emprego: Nos termos do n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro, os candidatos com deficiência têm preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal. Os candidatos com deficiência devem declarar, no requerimento de admissão, sob compromisso de honra, o respetivo grau de incapacidade e tipo de deficiência. 17 - Exclusão e notificação de candidatos: De acordo com o preceituado nos artigos 6.º e 16.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, os candidatos serão notificados por uma das formas previstas no n.º 1 do artigo 112.º do Código do Procedimento Administrativo. 18 - A publicação dos resultados obtidos em cada método de seleção é efetuada através de lista, ordenada alfabeticamente, afixada em local visível e público das instalações do Município de Valença e disponibilizada no seu sítio da Internet. 19 - Em situações de igualdade de valoração, entre candidatos, os critérios de preferência a adotar serão os previstos no artigo 24.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro. Subsistindo a igualdade, a ordenação será efetuada de acordo com os seguintes critérios: candidato com maior valoração no segundo método de seleção; candidato que esteja a desempenhar funções em posto de trabalho idêntico ou equiparado; candidato com maior experiência em funções similares ao posto de trabalho a concurso; candidato com maior formação profissional. 20 - A lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados é notificada aos candidatos para a realização da audiência prévia dos interessados, nos termos

do Código do Procedimento Administrativo. A lista unitária de ordenação final, após homologação, será afixada em local visível e público, das instalações do Município de Valença e disponibilizada na sua página eletrónica, sendo ainda publicado um aviso na 2.ª série do Diário da República com informação sobre a sua publicitação. 21 – Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 11.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, o presente aviso será publicitado, por extrato, na 2.ª Série do Diário da República, e integralmente, na Bolsa de Emprego Público (BEP), acessível em <https://www.bep.gov.pt>, e no sítio da Internet do Município de Valença (<https://www.cm-valenca.pt/concursos>). 22 - Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição "a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação". Município de Valença, 8 de novembro de 2022. A VEREADORA, Ana Paula Vaz Almeida Xavier

Observações

Alteração de Júri

Resultados

Questionário de Terminó da Oferta

Admitidos

Masculinos:

Femininos:

Total:

Total SME:

Total Com Auxílio da BEP:

Recrutados

Masculinos:

Femininos:

Total:

Total Portadores Deficiência:

Total SME:

Total Com Auxílio da BEP:

Detalhe de Oferta de Emprego

Caracterização da Oferta

Código da Oferta: OE202211/0620

Tipo Oferta: Procedimento Concursal Comum

Estado: Ativa

Nível Orgânico: Câmaras Municipais

Orgão / Serviço: Câmara Municipal de Valença

Vínculo: CTFP a termo resolutivo certo

Duração: 12

Regime: Carreiras Gerais

Carreira: Técnico Superior

Categoria: Técnico Superior

Grau de Complexidade: 3

Remuneração: 2.ª posição remuneratória da categoria de Técnico Superior, no montante atual de 1268,04€.

Suplemento Mensal: 0.00 EUR

Caracterização do Posto de Trabalho:

Funções correspondentes à caracterização funcional da categoria de Técnico Superior, constantes do anexo a que se refere o n.º 2 do artigo 88.º da LTFP, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na atual redação; complementadas com o conteúdo funcional descrito no mapa de pessoal: Referência D (Ciências Sociais e Humanas): Executar funções de estudo, conceção e adaptação de métodos e processos científicos e técnicos, tendo em vista informar a decisão superior, na área de formação; planejar, implementar e acompanhar projetos educativos e projetos locais na área de educação; prestar apoio pedagógico a crianças de risco em projetos no âmbito da prevenção e acompanhamento escolar; intervir, em matéria de educação, de forma sistemática e planificada, em diversos contextos sociais, com grupos desfavorecidos, em situação de risco ou exclusão social; analisar e acompanhar pedidos de atribuição de prestações pecuniárias de caráter eventual em situações de carência económica; e promover a educação para a saúde, contribuindo para a prevenção, diagnóstico precoce e orientação para o tratamento.

Requisitos de Admissão

Nomeação definitiva

Nomeação transitória, por tempo determinável

Nomeação transitória, por tempo determinado

Relação Jurídica: CTFP por tempo indeterminado

CTFP a termo resolutivo certo

CTFP a termo resolutivo incerto

Sem Relação Jurídica de Emprego Público

Requisitos para a Constituição de Relação Jurídica:

a) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;

b) 18 anos de idade completos;

c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;

d) Robustez física e perfil psíquico indispensável ao exercício das funções;

e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

Autorização dos membros do Governo Artigo 30.º da LTFP:

Deliberação da Câmara Municipal de 20 de outubro de 2022

Habilitação Literária: Licenciatura

Descrição da Habilitação Literária: Ciências Sociais e do Comportamento ou Ciências da Educação (códcs. 319 ou 142 do CNAEF)

Grupo Área Temática	Sub-área Temática	Área Temática
Direito, Ciências Sociais e Serviços	Ciências Sociais	Outros
Ciências da Educação Formação de Professores	Ciências de Educação	Ciências da Educação

Locais de Trabalho

Local Trabalho	Nº Postos	Morada	Localidade	Código Postal	Distrito	Concelho
Câmara Municipal de Valença	1	Praça da República	Valença	4930702 VALENÇA	Viana do Castelo	Valença

Total Postos de Trabalho: 1

Nº de Vagas/ Alterações

Formação Profissional

Outros Requisitos:

Formalização das Candidaturas

Envio de Candidaturas para: Município de Valença, Praça da República, 4930-702 Valença

Contacto: 251809526

Data Publicitação: 2022-11-17

Data Limite: 2022-12-02

Texto Publicado

Jornal Oficial e Órgão de Comunicação Social: Aviso (extrato) n.º 21993/2022, publicado no Diário da República n.º 222, de 17 de novembro de 2022

Texto Publicado em Jornal Oficial: ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA PREENCHIMENTO DE quatro POSTOS DE TRABALHO DA CARREIRA DE TÉCNICO SUPERIOR – ÁREAS FUNCIONAIS DE PSICOLOGIA, SERVIÇO SOCIAL, CIÊNCIAS SOCIAIS e CIÊNCIAS SOCIAIS e humanas, NA MODALIDADE DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO A TERMO RESOLUTIVO CERTO 1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 11.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, e no artigo 33.º da LTFP, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na atual redação, torna-se público que, em cumprimento das deliberações tomadas nas reuniões ordinárias do órgão executivo de 7 de abril e 20 de outubro de 2022, se encontra aberto pelo prazo de 10 dias úteis, a contar do dia seguinte ao da publicação do aviso integral na Bolsa de Emprego Público (BEP), procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público a termo resolutivo certo, pelo período de um ano, de quatro postos de trabalho previstos e não ocupados no mapa de pessoal do município, para a Divisão de Desenvolvimento Social e Cultural – Unidade de 3.º Grau de Ação Social – Serviço de Apoio Social: Referência A - Um posto de trabalho, na carreira/categoria de Técnico Superior - área funcional de Psicologia; Referência B - Um posto de trabalho, na carreira/categoria de Técnico Superior - área funcional de Serviço Social; Referência C - Um posto de trabalho, na carreira/categoria de Técnico Superior - área funcional de Ciências Sociais; Referência D - Um posto de trabalho, na carreira/categoria de Técnico Superior - área funcional de Ciências Sociais e Humanas. 2 - Ao presente procedimento concursal serão aplicadas as regras constantes nos seguintes diplomas: Lei n.º

35/2014, de 20 de junho, na atual redação; Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro; Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro; e Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na atual redação. 3 - Para efeitos do disposto no artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro e nos artigos 2.º e 34.º da Lei n.º 25/2017, de 30 de maio, declara-se que não está constituída reserva de recrutamento nesta autarquia bem como não está constituída, no seu respetivo âmbito de atuação, a Entidade Gestora da Requalificação nas Autarquias - EGRA, não havendo, assim, lista nominativa de trabalhadores colocados em regime de valorização profissional. 4 – Posicionamento remuneratório: 2.ª posição remuneratória da categoria de Técnico Superior, nível 16 da tabela remuneratória única atualizada, à qual corresponde o montante pecuniário atual de 1268,04€. 5 – Prazo de validade: O procedimento concursal é válido para o recrutamento e preenchimento dos postos de trabalho a ocupar e para os efeitos do disposto no n.º 5 do artigo 25.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro. 6 – Local de trabalho: O local de trabalho situa-se na área do Município de Valença. 7 – Funções a desempenhar: Funções correspondentes à caracterização funcional da categoria de Técnico Superior, constantes do anexo a que se refere o n.º 2 do artigo 88.º da LTFP, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na atual redação; complementadas com o conteúdo funcional descrito no mapa de pessoal: 7.1 – Referência A: Efetuar estudos de natureza científico-técnica, que fundamentam e preparam a decisão, em áreas como recursos humanos, apoio social e educativo, colaborando, nomeadamente, nas seguintes áreas: promoção de ações necessárias ao recrutamento, seleção e orientação profissional dos trabalhadores; resolução de problemas de adaptação e readaptação social dos indivíduos, grupos ou comunidades; deteção de necessidades da comunidade educativa, com o fim de propor a realização de ações de prevenção e medidas adequadas, designadamente, em casos de insucesso escolar; identificação de necessidades de ocupação de tempos livres, promovendo e apoiando atividades de índole cultural, educativa e recreativa, bem como exercer outras funções inerentes ao posto de trabalho. 7.2 – Referência B: Realizar atendimento social personalizado, disponibilizando às pessoas e às famílias em situação de vulnerabilidade social apoio na resolução dos seus problemas; efetuar visitas domiciliárias às famílias, sempre que se justifique; estudar e elaborar o processo individual e diagnóstico dos agregados familiares beneficiários do rendimento social de inserção, recolhendo a informação necessária; negociar, definir e acompanhar com a família o programa de inserção; contactar e estabelecer relações de cooperação e parceria com os setores representados no Núcleo Local de Inserção (NLI), bem como com outras entidades que desenvolvam a sua intervenção na comunidade; e fazer a gestão dos processos individuais de cada agregado familiar, enquanto mediador da intervenção em articulação com os diferentes intervenientes e entidades envolvidas no desenvolvimento dos programas de inserção. 7.3 – Referência C: Realizar atendimento social personalizado, disponibilizando às pessoas e às famílias em situação de vulnerabilidade social apoio na resolução dos seus problemas; emitir informações e relatórios sociais; efetuar visitas domiciliárias às famílias, sempre que se justifique; e analisar e acompanhar pedidos de atribuição de prestações pecuniárias de caráter eventual em situações de carência económica. 7.4 - Referência D: Executar funções de estudo, conceção e adaptação de métodos e processos científicos e técnicos, tendo em vista informar a decisão superior, na área de formação; planejar, implementar e acompanhar projetos educativos e projetos locais na área de educação; prestar apoio pedagógico a crianças de risco em projetos no âmbito da prevenção e acompanhamento escolar; intervir, em matéria de educação, de forma sistemática e planificada, em diversos contextos sociais, com grupos desfavorecidos, em situação de risco ou exclusão social; analisar e acompanhar pedidos de atribuição de prestações pecuniárias de caráter eventual em situações de carência económica; e promover a educação para a saúde, contribuindo para a prevenção, diagnóstico precoce e orientação para o tratamento. 8 – Âmbito de recrutamento: Ao procedimento concursal podem concorrer trabalhadores detentores de vínculo de emprego público por tempo indeterminado, vínculo de emprego público a termo ou sem vínculo, conforme o disposto no n.º 4 do artigo 30.º da LTFP, e conforme deliberações da Câmara Municipal de 7 de abril e 20 de outubro de 2022. 9 – Requisitos de admissão a concurso: 9.1 - Os requisitos gerais de admissão, previstos no artigo 17.º da LTFP, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na atual redação, são os seguintes: a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos excecionados pela Constituição, lei especial ou convenção internacional; b) Ter 18 anos de idade completos; c) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata; d) Possuir robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício de funções; e) Ter cumprido as leis de vacinação obrigatória. 9.2 - Requisitos especiais: 9.2.1 – Referência A -

Os candidatos deverão ser titulares de Licenciatura na área de formação académica de Psicologia (código 311 do CNAEF), com título profissional válido para o exercício da profissão de Psicólogo, nomeadamente, a inscrição na Ordem dos Psicólogos. Não existe a possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação. 9.2.2 – Referência B - Os candidatos deverão ser titulares de Licenciatura na área de formação académica de Serviços Sociais (código 760 do CNAEF). Não existe a possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação. 9.2.3 – Referência C - Os candidatos deverão ser titulares de Licenciatura na área de formação académica de Ciências Sociais e do Comportamento (código 319 do CNAEF). Não existe a possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação. 9.2.4 – Referência D - Os candidatos deverão ser titulares de Licenciatura nas áreas de formação académica de Ciências Sociais e do Comportamento (código 319 do CNAEF) ou Ciências da Educação (código 142 do CNAEF). Não existe a possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação. 9.3 – Nos termos da alínea k) do n.º 4 do artigo 11.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal do órgão ou serviço idênticos ao posto de trabalho para cuja ocupação se publica o procedimento. 10 – Métodos de seleção: Nos termos do disposto no artigo 36.º da LTFP, serão aplicados os métodos de seleção obrigatórios Avaliação Curricular (AC) e Entrevista de Avaliação de Competências (EAC). 10.1 – A Avaliação Curricular (AC) visa aferir os elementos de maior relevância para o posto de trabalho a ocupar, entre os quais a habilitação académica ou nível de qualificação, a formação profissional e a experiência profissional. Este método terá uma ponderação de 40%, sendo o resultado obtido de acordo com a seguinte fórmula: $AC = HA + FP + 2EP / 4$ AC = Avaliação Curricular HA = Habilitação Académica FP = Formação Profissional EP = Experiência Profissional 10.2 – A Entrevista de Avaliação de Competências visa obter informações sobre comportamentos profissionais diretamente relacionados com as competências consideradas essenciais para o exercício da função. Este método terá uma ponderação de 60%, uma duração máxima de 30 minutos e versará sobre os seguintes parâmetros: orientação para o serviço público; conhecimentos especializados e experiência; trabalho de equipa e cooperação; e comunicação e tolerância à pressão e contrariedades. Será avaliado segundo os níveis classificativos de Elevado, Bom, Suficiente, Reduzido, Insuficiente, aos quais correspondem, respetivamente, as classificações de 20, 16, 12, 8 e 4 valores. O resultado final deste método será obtido através da média aritmética simples das classificações dos parâmetros a avaliar. 10.3 - A classificação e ordenação final dos candidatos que completarem o procedimento, com aprovação em todos os métodos de seleção, é efetuada por ordem decrescente da média aritmética ponderada das classificações quantitativas obtidas em cada método de seleção, expressa numa escala de 0 a 20 valores e efetuada de acordo com a seguinte fórmula: $CF = AC (40\%) + EAC (60\%)$ CF = Classificação Final AC = Avaliação Curricular EAC = Entrevista de Avaliação de Competências 10.4 – Tendo em conta a urgência no preenchimento dos postos de trabalho em apreço, de acordo com o disposto no artigo 19.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, na atual redação, os métodos de seleção indicados poderão ser aplicados de forma faseada, sendo que a aplicação do segundo método será efetuada apenas a parte dos candidatos aprovados no método anterior, a convocar por conjuntos sucessivos de candidatos, por ordem decrescente de classificação, respeitando a prioridade legal da sua situação jurídico-funcional, até à satisfação das necessidades. 11 - Nos termos do n.º 5 do artigo 11.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, a ata do júri, onde constam os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação de cada um dos métodos de seleção a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valoração final do método, será publicitada no sítio da Internet deste Município. 12 – É excluído do procedimento o candidato que tenha obtido uma valoração inferior a 9,5 valores, não lhe sendo aplicado o método seguinte. 13 – Composição do júri: 13.1 - Referência A: Presidente – Andrea Vieira Pestana Trindade Brandão, Técnica Superior de Psicologia; Vogais efetivos: Diva Carla Salgado do Amaral, Chefe de Divisão de Desenvolvimento, Educação e Cultura da Câmara Municipal de Melgaço, que substituirá a presidente do júri nas suas faltas e impedimentos, e Paula Cristina Pinheiro Vasconcelos Mateus, Chefe de Divisão Administrativa Geral; Vogais suplentes: Manuela Maria Vasconcelos Ribeiro da Costa Andrade, Chefe da Unidade de 3.º grau de Ação Social e Marlene Sofia Gamboa Freitas Franco, Técnica Superior de Recursos Humanos. 13.2 - Referência B: Presidente – Manuela Maria Vasconcelos Ribeiro da Costa Andrade, Chefe da Unidade de 3.º grau de Ação Social; Vogais efetivos: Sílvia Neli Lourenço Monteiro Alves, Técnica Superior da Câmara Municipal de Monção e Coordenadora do Núcleo

Local de Inserção, que substituirá a presidente do júri nas suas faltas e impedimentos, e Marlene Sofia Gamboa Freitas Franco, Técnica Superior de Recursos Humanos; Vogais suplentes: Paula Cristina Pinheiro Vasconcelos Mateus, Chefe de Divisão Administrativa Geral e Andrea Vieira Pestana Trindade Brandão, Técnica Superior de Psicologia. 13.3 - Referência C: Presidente – Manuela Maria Vasconcelos Ribeiro da Costa Andrade, Chefe da Unidade de 3.º grau de Ação Social; Vogais efetivos: Sílvia Neli Lourenço Monteiro Alves, Técnica Superior da Câmara Municipal de Monção e Coordenadora do Núcleo Local de Inserção, que substituirá a presidente do júri nas suas faltas e impedimentos, e Paula Cristina Pinheiro Vasconcelos Mateus, Chefe de Divisão Administrativa Geral; Vogais suplentes: Marlene Sofia Gamboa Freitas Franco, Técnica Superior de Recursos Humanos e Andrea Vieira Pestana Trindade Brandão, Técnica Superior de Psicologia. 13.4 - Referência D: Presidente – Manuela Maria Vasconcelos Ribeiro da Costa Andrade, Chefe da Unidade de 3.º grau de Ação Social; Vogais efetivos: Sílvia Neli Lourenço Monteiro Alves, Técnica Superior da Câmara Municipal de Monção e Coordenadora do Núcleo Local de Inserção, que substituirá a presidente do júri nas suas faltas e impedimentos, e Marlene Sofia Gamboa Freitas Franco, Técnica Superior de Recursos Humanos; Vogais suplentes: Paula Cristina Pinheiro Vasconcelos Mateus, Chefe de Divisão Administrativa Geral e Andrea Vieira Pestana Trindade Brandão, Técnica Superior de Psicologia. 14 – Prazo e forma para a apresentação das candidaturas: 14.1 - Prazo de candidatura: 10 dias úteis a contar do dia seguinte ao da publicação do presente aviso na Bolsa de Emprego Público (BEP), nos termos do artigo 2.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro. 14.2 – Forma de apresentação das candidaturas: A apresentação das candidaturas é efetuada em suporte de papel, por ausência de plataforma eletrónica que assegure a apresentação das mesmas por esta via, pelo que estas deverão ser formalizadas mediante preenchimento obrigatório de formulário de candidatura, disponibilizado no sítio da Internet deste Município (<https://www.cm-valenca.pt/documentos>) e na Subunidade de Recursos Humanos desta Câmara Municipal, onde deverá ser entregue pessoalmente, dentro do horário de atendimento, de segunda a sexta-feira, das 9h00 às 12h30 e das 13h30 às 16h00; ou remetido por correio registado com aviso de receção, para o Município de Valença, Praça da República, 4930 – 702 Valença. Não serão aceites as candidaturas remetidas via correio eletrónico, atendendo aos constrangimentos que possam surgir e que garantam a boa receção das mesmas, nomeadamente, por questões de limitação da capacidade da caixa de correio eletrónico. A não apresentação da candidatura nos termos definidos neste ponto implica a exclusão do candidato. 14.3 – A apresentação da candidatura, devidamente datada e assinada, deverá ser acompanhada da seguinte documentação: a) Fotocópia do certificado de habilitações literárias ou outro documento idóneo, legalmente reconhecido para o efeito. Os candidatos possuidores de habilitações literárias obtidas em país estrangeiro deverão submeter, em simultâneo, documento comprovativo das habilitações correspondente ao reconhecimento das habilitações estrangeiras previstas pela legislação portuguesa aplicável, sob pena de exclusão. b) Comprovativo da inscrição na Ordem dos Psicólogos (aplicável apenas à Referência A); c) Curriculum vitae detalhado, atualizado, datado e assinado pelo candidato, onde constem as funções que tem exercido e formação profissional que possui, devidamente comprovadas sob pena de não serem consideradas. d) Declaração emitida pelo serviço público de origem, devidamente atualizada, da qual conste: a modalidade de vínculo de emprego público, a descrição das atividades/funções que atualmente executa, a carreira/categoria em que se encontra inserido, nível e posição remuneratória e avaliação de desempenho obtida nos dois últimos biénios (documento apenas aplicável a candidatos com contrato de trabalho em funções públicas). 14.4 – A não apresentação dos documentos comprovativos do preenchimento dos requisitos legalmente exigidos determina a exclusão do candidato do procedimento, quando a falta desses elementos impossibilite a sua admissão ou avaliação. 15 - As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei. 16 - Quotas de emprego: Nos termos do n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro, os candidatos com deficiência têm preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal. Os candidatos com deficiência devem declarar, no requerimento de admissão, sob compromisso de honra, o respetivo grau de incapacidade e tipo de deficiência. 17 - Exclusão e notificação de candidatos: De acordo com o preceituado nos artigos 6.º e 16.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, os candidatos serão notificados por uma das formas previstas no n.º 1 do artigo 112.º do Código do Procedimento Administrativo. 18 - A publicitação dos resultados obtidos em cada método de seleção é efetuada através de lista, ordenada alfabeticamente, afixada em local visível e público das instalações do Município de Valença e disponibilizada no seu sítio da Internet. 19

- Em situações de igualdade de valoração, entre candidatos, os critérios de preferência a adotar serão os previstos no artigo 24.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro. Subsistindo a igualdade, a ordenação será efetuada de acordo com os seguintes critérios: candidato com maior valoração no segundo método de seleção; candidato que esteja a desempenhar funções em posto de trabalho idêntico ou equiparado; candidato com maior experiência em funções similares ao posto de trabalho a concurso; candidato com maior formação profissional. 20 - A lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados é notificada aos candidatos para a realização da audiência prévia dos interessados, nos termos do Código do Procedimento Administrativo. A lista unitária de ordenação final, após homologação, será afixada em local visível e público, das instalações do Município de Valença e disponibilizada na sua página eletrónica, sendo ainda publicado um aviso na 2.ª série do Diário da República com informação sobre a sua publicitação. 21 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 11.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, o presente aviso será publicitado, por extrato, na 2.ª Série do Diário da República, e integralmente, na Bolsa de Emprego Público (BEP), acessível em <https://www.bep.gov.pt>, e no sítio da Internet do Município de Valença (<https://www.cm-valenca.pt/concursos>). 22 - Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição "a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação". Município de Valença, 8 de novembro de 2022. A VEREADORA, Ana Paula Vaz Almendra Xavier

Observações

Alteração de Júri

Resultados

Questionário de Termino da Oferta

Admitidos

Masculinos:

Femininos:

Total:

Total SME:

Total Com Auxílio da BEP:

Recrutados

Masculinos:

Femininos:

Total:

Total Portadores Deficiência:

Total SME:

Total Com Auxílio da BEP: